

RAILDO DE SOUSA MACHADO  
ZAIRA REGINA ZAFALON

# CATALOGAÇÃO

DOS PRINCÍPIOS E TEORIAS AO RDA E IFLA LRM



**EJ** Editora  
UFPB

**CATALOGAÇÃO:**  
**DOS PRINCÍPIOS E TEORIAS AO RDA E IFLA LRM**



**Reitora**  
**Vice-Reitora**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ  
BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



**Editor**  
**Coordenadora de editoração**  
**Revisora gráfica**  
**Revisor de pré-impressão**  
**Chefe de produção**

**EDITORA UFPB**

REINALDO FARIAS PAIVA DE LUCENA  
SÂMELLA ARRUDA ARAÚJO  
ALICE BRITO  
WELLINGTON COSTA OLIVEIRA  
JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

**Conselho editorial**

Adailson Pereira de Souza (Ciências Agrárias)  
Eliana Vasconcelos da Silva Esrael (Linguística, Letras e Artes)  
Fabiana Sena da Silva (Interdisciplinar)  
Gisele Rocha Côrtes (Ciências Sociais Aplicadas)  
Ilda Antonieta Salata Toscano (Ciências Exatas e da Terra)  
Luana Rodrigues de Almeida (Ciências da Saúde)  
Maria de Lourdes Barreto Gomes (Engenharias)  
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)  
Maria Regina Vasconcelos Barbosa (Ciências Biológicas)

**Conselho científico**

Maria Aurora Cuevas-Cerveró (Universidad Complutense Madrid/ES)  
José Miguel de Abreu (UC/PT)  
Joan Manuel Rodriguez Diaz (Universidade Técnica de Manabí/EC)  
José Manuel Peixoto Caldas (USP/SP)  
Letícia Palazzi Perez (Unesp/Marília/SP)  
Anete Roese (PUC Minas/MG)  
Rosângela Rodrigues Borges (UNIFAL/MG)  
Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti (Unesp/Marília/SP)  
Leilah Santiago Bufrem (UFPR/PR)  
Marta Maria Leone Lima (UNEB/BA)  
Lia Machado Fiuza Fialho (UECE/CE)  
Valdonilson Barbosa dos Santos (UFCG/PB)

**Editora filiada à:**



RAILDO DE SOUSA MACHADO  
ZAIRA REGINA ZAFALON

**CATALOGAÇÃO:**  
**DOS PRINCÍPIOS E TEORIAS AO RDA E IFLA LRM**

João Pessoa  
Editora UFPB  
2020

Direitos autorais 2020 – Editora UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

**Projeto Gráfico**  
**Editoração Eletrônica**  
**e Design da Capa**

Editora UFPB

Alexandre Câmara

**Catálogo na publicação:**

**Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**

M149c	Machado, Raildo de Souza Catálogo: dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM / Raildo de Sousa Machado, Zaira Regina Zafalon. - João Pessoa: Editora UFPB, 2020.  128 p.  Recurso digital (1,37MB) Formato: PDF Requisitos do Sistema: Adobe Acrobat Reader  ISBN 978-65-5942-000-1  1. Ciência da informação. 2. Catálogo descritiva. 3. Catálogo - Instrumentos. 4. AACR2. 5. ISBD. 6. RDA. 7. IFLA LRM. I. Zafalon, Zaira Regina. II. Título.
UFPB/BC	CDU 025.4

*Livro aprovado para publicação através do Edital Nº 01/2020/Editora Universitária/  
UFPB - Programa de Publicação de E-books.*

**EDITORA UFPB**

Cidade Universitária, Campus I, Prédio da editora Universitária, s/n  
João Pessoa – PB  
CEP 58.051-970  
<http://www.editora.ufpb.br>  
E-mail: [editora@ufpb.br](mailto:editora@ufpb.br)  
Fone: (83) 3216.7147

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 ISTO NÃO É UMA INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA E SEUS TEÓRICOS .....</b>	<b>16</b>
2.1 Antonio Panizzi (1797-1879) .....	20
2.2 Charles Coffin Jewett (1816-1868) .....	22
2.3 Charles Ammi Cutter (1837-1903) .....	24
2.4 Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972) ...	26
2.5 Seymour Lubetzky (1898-2003).....	31
<b>3 PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>4 OS INSTRUMENTOS DE CATALOGAÇÃO .....</b>	<b>38</b>
4.1 Códigos de catalogação.....	38
4.2 Código de catalogação anglo-americano (AACR, AACR2 e AACR2r).....	46

<b>4.3 International Standard Bibliographic Description (ISBD).....</b>	<b>49</b>
<b>5 OS MODELOS CONCEITUAIS DO UNIVERSO BIBLIOGRÁFICO.....</b>	<b>54</b>
<b>5.1 Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) .....</b>	<b>57</b>
<b>5.2 Functional Requirements for Authority Data (FRAD).....</b>	<b>64</b>
<b>5.3 Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD).....</b>	<b>71</b>
<b>6 UM NOVO CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO .....</b>	<b>76</b>
<b>7 ERA UMA VEZ UM CÓDIGO INTERNACIONAL DE CATALOGAÇÃO! .....</b>	<b>85</b>
<b>8 A PROPOSTA DO RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS(RDA) .....</b>	<b>91</b>
<b>9 DURANTE O RDA, O IFLA LRM! UM NOVO MODELO CONCEITUAL .....</b>	<b>97</b>
<b>10 ISTO NÃO É UM DESFECHO .....</b>	<b>113</b>
<b>NOTAS DE FIM.....</b>	<b>127</b>

## APRESENTAÇÃO

Fruto da colaboração entre orientando e orientadora no desenvolvimento de pesquisa acadêmica de mestrado, resulta a presente manifestação bibliográfica.

Manifestação recomendada aos bibliotecários catalogadores, que anseiam por uma atualização em sua área de trabalho e de estudos.

A publicação também se coloca como bibliografia indicada aos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

O livro enfoca os instrumentos de catalogação, notadamente o *Resource Description and Access* (RDA). Apesar da temática supor um foco técnico, trata-se de leitura prazerosa aos profissionais, muito bem sistematizada ao abordar a relação dos princípios e dos fundamentos catalográficos com a proposta do novo padrão – RDA, agora em evidência internacional.

Nos capítulos apresentados, têm-se um mapeamento da contribuição de teóricos clássicos que fundamentaram a catalogação descritiva, como: Antonio Panizzi (Anthony Panizzi), Charles Ammi Cutter, Seymour Lubetzky, Charles Coffin Jewett, e Shiyali Ramamrita Ranganathan. Sintetiza as ideias, conceitos e princípios teóricos destes estudiosos, resgatando ao leitor os fundamentos da catalogação moderna.

A origem e evolução dos códigos de catalogação é assunto exposto, até por serem estes recursos essenciais aos processos da catalogação descritiva; calcada no uso de códigos, normas ou padrões que subsidiam a elaboração e arranjo dos catálogos bibliográficos. Neste tópico, analisam-se os códigos de catalogação anglo-americanos (AACR, AACR2 e AACR2r); e a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD).

Também é dedicado capítulo aos modelos conceituais da catalogação, os chamados “FRs” – requisitos funcionais, responsáveis por modelarem e definirem orientação para a construção de novas formas de padrões e normas catalográficas. O capítulo destaca: o *Functional*

*Requirements for Bibliographic Records (FRBR)*; o *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)*; e o *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*.

Já o tópico dedicado à proposta do *Resource Description and Access (RDA)*, estabelece a sua relação com os princípios e fundamentos teóricos da catalogação descritiva, estruturado sob criteriosa e seletiva bibliografia. Ao tratar das bases teóricas e das justificativas para a concepção do RDA, o capítulo realça um significativo alerta aos bibliotecários de catalogação e estudiosos do tema, preconizado por Lubetzky (1953, p.61-62), ao destacar que:

[...] não é possível comprometer-se a delinear um código de regras sem princípios diretivos, assim como não se poderia empreender o traçado de um mapa sem recorrer a uma bússola que indique os pontos cardeais. Não se pode abordar e aplicar inteligentemente um código de regras, por mais bem construído que seja, sem que haja conhecimento de seus princípios subjacentes, apesar de ser possível se orientar num mapa e usá-lo, sem mesmo conhecer suas direções cardeais.

Realça que as atividades práticas não podem prescindir da teoria e dos seus princípios norteadores. Mesmo a concepção de normas, padrões ou a definição de políticas para os serviços catalográficos, bem como a implementação de processos de representação descritiva, devem ser submetidos aos princípios e fundamentos teóricos da catalogação.

Uma contribuição é dada no capítulo Durante o RDA, o IFLA LRM! Um novo modelo conceitual, ao tratar do movimento “Pós RDA”, no qual após sua publicação em 2010, alinhado aos modelos conceituais dos “FRs”, surge o novo modelo conceitual – IFLA *Library Reference Model* (IFLA LRM), que consolida os modelos conceituais anteriores. E, neste sentido, segue sendo um modelo da comunidade bibliotecária para dados bibliotecários; não restringe o diálogo com outras comunidades de informação e seus respectivos dados.

O livro, em Isto não é um desfecho, destaca, entre várias considerações, dois pontos significativos: 1) o RDA não é o **desfecho final de séculos de história da catalogação**; também, talvez, não seja o seu ápice, o momento mais glorioso da catalogação; mas representa um momento importante, discutido nos cinco continentes; e 2) o momento pelo qual passa a catalogação, na atualidade, chega como reflexo não apenas do contexto tecnológico que ocasionou os acontecimentos presentes, mas como **despertar da consciência** de que esta é apenas umas das etapas que futuramente enriquecerá a história da catalogação.

Enfim, resta renovar o convite para a leitura e, principalmente, saudar o bibliotecário e mestre Raildo de Sousa Machado e a bibliotecária e professora Zaira Regina Zafalon, pela qualidade da contribuição que disponibilizam para a área da Biblioteconomia brasileira.

*São Paulo, 12 de março de 2020*  
*José Fernando Modesto da Silva*  
*Bibliotecário e Professor*  
*Universidade de São Paulo (USP)*

# 1 ISTO NÃO É UMA INTRODUÇÃO

Meu Deus, como tudo isto é bobo e simples; este enunciado é perfeitamente verdadeiro, pois é bem evidente que o desenho representando um cachimbo não é, ele próprio, um cachimbo? (FOUCAULT, 2008, p. 20).

A frase-título deste capítulo não é para ser compreendida como uma transgressão à frase no quadro de Magritte<sup>1</sup> e, tampouco, como uma provocação aos textos de Foucault. Pelo contrário, não há nada contraditório. Este é um capítulo introdutório que não soubemos intitular de outro modo. E começamos assim.

As ferramentas criadas pela humanidade desde os tempos pré-históricos sempre aspiravam uma forma de simplificar os trabalhos por eles desenvolvidos e, à medida em que foram criadas, outras necessidades também surgiram e exigiram que novas formas de instrumentos, ou a melhoria de instrumentos que fossem mais adequados às necessidades, fossem estudadas, criadas, testadas e aplicadas. Foi assim com as formas de registrar e disseminar informação, ações que evoluíram desde o tempo em que eram fixadas nas paredes das cavernas, passando pelo rádio, pela televisão, pelos multimeios, pelos computadores até chegar aos tempos dos intensos avanços tecnológicos da comunicação online e em tempo real.

As comunidades informacionais<sup>2</sup>, como agentes importantes no meio social, não se permitiram permanecer inalteradas frente às inúmeras transformações sofridas pelo constante avanço tecnológico. Da mesma forma, os diversos serviços desenvolvidos nestas unidades, em suas individualidades, adequaram-se às transformações e buscaram suprir as necessidades decorrentes de tais mudanças. Neste processo, os suportes em que as informações são registradas foram, e continuam, em alteração periodicamente, o que exige um amoldamento das ferramentas, dos serviços e dos profissionais a essas alterações.

A informação, com propriedades e fluxos configurados como objeto de estudo da Ciência da Informação, tem sido a moeda da época presente (LE COADIC, 2004). Vista como algo que possui o potencial de agregar valor aos dados gerados, o que permite a geração de conhecimento, a informação contribui para o desenvolvimento das sociedades. Mas para que a informação alcance valor, ou esteja em um ambiente em que possa valorar-se, precisa estar registrada, representada e ter o seu acesso e uso facilitados e possíveis. À Ciência da Informação tem-se atribuído a responsabilidade de estudar os fluxos que a informação percorre até cumprir sua finalidade, seja ela acadêmica, profissional, econômica ou social.

A tecnologia, mutável conforme sua época, assume importante papel no nascimento e desenvolvimento da Ciência da Informação que, aliada à Biblioteconomia, interfere, também, no desenvolvimento de instrumentos que orientam a organização e a representação da informação. Ressaltamos que, tanto os instrumentos e as regras quanto as teorias da catalogação modificam-se conforme o avanço tecnológico, uma vez que o comportamento dos usuários se remodela neste cenário.

A catalogação ocupa importante espaço no fluxo informacional. É por meio da catalogação que se garante o acesso e a recuperação do conhecimento registrado. Assim, com função mediadora em um processo comunicativo, a catalogação contribui para a efetiva organização e uso da informação por pessoas e máquinas. A catalogação, assim como as demais atividades e ambientes, tem seu bojo enriquecido com os avanços tecnológicos, o que provoca e adiciona muitas formas e possibilidades ao seu fazer e ganha, inclusive, uma nova dinâmica com os computadores, a Internet, a web semântica e as novas formas de recuperação de conteúdos digitais.

Um exemplo claro dessa interferência dos avanços tecnológicos na catalogação, é o padrão<sup>3</sup> de catalogação *Resource Description and Access (RDA)*<sup>4</sup>. Fruto de necessidades do tempo hodierno, constitui-se das mudanças nos tipos de recursos e conteúdos informacionais, que antes

tinha os materiais impressos como predominante, e conseqüentemente nas maneiras de representá-los e acessá-los no ambiente *web*.

Quanto à representação, foco dos estudos da catalogação, recorremos a Tourinho (1996, p. 42, grifo do autor), para quem a tradição representacionista é aquela que “[...] se elabora a partir da crença de que é possível construir descrições do mundo que espelhem sua própria natureza, isto é, descrições que *representem a realidade* que é objeto do conhecimento [...]”. Este conhecimento artístico ou intelectual é expresso, materializado, assim como os suportes usados para tal registro. Zafalon (2017, p. 132) chama a atenção para o fato de que

[...] a representação não se propõe a tomar o lugar do representado, mas como um mecanismo no qual se busca formas desenvolvidas com a intenção de tornar o representado reconhecível diante de dada situação, contexto e público.

Garrido Arilla (1999) define catalogação como uma técnica formada por um conjunto de operações destinadas à recuperação da informação, com uma função de intermediação no processo de circulação de dados entre o produtor e o usuário. Mais que um exercício de registrar metadados, é essa representação, como parte do fluxo informacional, que torna possível a organização e o uso da informação.

Como parte do fluxo informacional, o exercício de representar informações passa a contar com instrumentos auxiliares, que contribuem para o desempenho e o alcance de resultados mais eficientes das informações representadas. Os sistemas de representação e, por conseqüência, de recuperação da informação, agora automatizados, desvinculam-se das limitações antes impostas por tamanhos de fichas impressas, e possibilitam que outros metadados sejam registrados e permitem, assim, que sistemas se tornem robustos, com informações mais completas e dinâmicas, além de permitir o intercâmbio de dados bibliográficos sem barreiras geográficas.

Com os avanços tecnológicos os modos de armazenamento de informações, assim como dos ambientes em que se encontram e as suas formas de uso, foram alterados. Le Coadic (2004, p. 18) destaca que

[...] o objeto da ciência da informação não é mais o mesmo que o da biblioteconomia e de suas veneráveis disciplinas co-irmãs. Esse objeto não é mais a biblioteca e o livro, o centro de documentação e o documento, o museu e o objeto, mas a informação.

Le Coadic (2004, p. 25) ressalta, ainda, que a Ciência da Informação “[...] tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênero, efeitos), e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso.” Assim, com o avanço tecnológico, assumimos que o objeto de estudo deixa de ser algo limitado a um suporte informacional e passa a ser a informação constante nestes suportes, independentemente de suas características.

A catalogação, em essência, não deixa de ser modificada, mas a cada período assume novas convenções tanto referentes à sua prática quanto à sua teoria que se ajustam aos comportamentos informacionais e às demandas de seu próprio tempo. Com o ambiente em rede e, conseqüentemente, os catálogos online, estas mudanças foram ainda mais intensas.

No intuito de padronizar o exercício da catalogação surgiram os códigos, normas e padrões de catalogação, instrumentos que orientam a construção de catálogos, e que, aprimorados ao longo do tempo, reuniram regras criadas por teóricos, bibliotecários catalogadores, livreiros e pesquisadores e formaram padrões robustos, com regras que conduzem o registro de suportes. Zafalon (2014) destaca que “[...] normas, padrões, metodologias e critérios são requeridos em unidades de informação e tornam-se essenciais em processos de gerenciamento, tratamento, recuperação, provisão, uso e compartilhamento de registros informacionais em diversos suportes.” Com as mudanças dos suportes

também foi exigido que os códigos de catalogação se adequassem tanto aos suportes como aos catálogos em linha.

Voltar-se sobre as mudanças que decorrem dos avanços tecnológicos, seu impacto na construção de catálogos, inclusive no comportamento dos usuários que deles usufruem, e, também, das atualizações e alterações em princípios, modelos conceituais e padrões estabelecidos internacionalmente, dá uma ideia das motivações para a revisão do Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição (AACR2) o que culminou no desenvolvimento do padrão RDA.

Apesar do fato de os suportes informacionais e os processos catalográficos terem sido reconfigurados pelo avanço tecnológico, de modo a ser impulsionada a revisão do AACR2, a resignificação da terminologia, da teoria e dos conceitos advindos dos modelos conceituais *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) foi decisiva para definir o foco na revisão do que poderia ter sido a terceira edição do AACR, o AACR3, e a decisão pela elaboração de um padrão internacional de catalogação, o *Resource Description and Access* (RDA), destinado ao ambiente digital e com foco no usuário.

Para Chandel e Prasad (2013), a renomeação da revisão de AACR3 para RDA deu ênfase à descrição de vários elementos dos registros. Esta ênfase foi um dos motivos para a alteração do nome de AACR3 para RDA.

Desde o seu lançamento em 2010, o padrão RDA passou por diversas e necessárias adequações decorrentes das atualizações de documentos aos quais está imbricado: a *Statement of International Cataloguing Principles*, a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), edição consolidada, e o *IFLA Library Reference Model*.

Um ano antes de seu lançamento, houve a primeira atualização da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação<sup>5</sup> (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009a), que passou por uma nova revisão, com publicação em 2017 (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND

INSTITUTIONS, 2017). A publicação do agrupamento de todas as ISBDs em apenas uma, a edição consolidada da ISBD, presente no anexo D do RDA, ocorreu em 2011 (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2011). A publicação do *IFLA Library Reference Model: a conceptual model for bibliographic information* (IFLA LRM) ocorreu em 2017 e consolida “[...] a família FR em um único modelo coerente para esclarecer a compreensão do modelo geral e remover barreiras à sua adoção” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 5). Esses fatos deram impulso à releitura do RDA e o levaram ao *Project RDA 3R*.

Está posto o ponto de partida para o nosso interesse em publicar este livro que considera o percurso da revisão do AACR2 até a proposta do RDA, tecendo um entrelaçamento entre os princípios e os fundamentos teóricos da catalogação descritiva.

Com a clara intenção de mostrar o percurso que fizemos, e por conta de assumirmos que é possível crescer sobre o ombro de gigantes, rememoramos a contribuição dos teóricos fundadores da catalogação e os princípios e fundamentos trazidos por eles. Apresentamos a cronologia dos instrumentos da catalogação e os modelos conceituais basilares da catalogação contemporânea pois isso, em nosso ponto de vista, é requisito essencial para analisar o RDA. Como, durante a elaboração desse material, o ciclo de (re)avaliação do RDA continuou ocorrendo, também apresentaremos os movimentos ocorridos após o lançamento do RDA e que são inerentes às discussões atuais do RDA.

Esperamos que embarque nesta conosco!

## 2 A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA E SEUS TEÓRICOS

O século XIX foi decisivo para a história e o desenvolvimento da catalogação moderna. Alguns fatores impulsionaram o desenvolvimento prático e teórico da catalogação como conhecida hoje, tais como a ideia da democratização do acesso aos livros a todas as pessoas, o crescimento da produção de livros em línguas vernáculas (e não apenas em Latim), e o surgimento de bibliotecas públicas, nacionais e universitárias.

Garrido Arilla (1999) destaca, entre os acontecimentos que foram importantes para a história da catalogação, o trabalho de Otlet e La Fontaine com o *Institut International de Bibliographie*, criado em 1895 em vista do crescimento da comunidade intelectual e a propagação colossal das publicações científicas. Garrido Arilla (1999) afirma que quiseram construir um arquivo central de todas as publicações impressas editadas em todos os países, desde a invenção da imprensa. Estava posta a necessidade de padronização de catálogos.

A catalogação se estabelece como uma das principais atividades no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, tanto naquelas de cunho profissional quanto de pesquisas, mesmo tendo surgido a partir das comunidades de prática e, delas, advindo suas teorias e seus conceitos. Destacamos o ambiente biblioteconômico como o seu lugar de nascimento prático e de desenvolvimento teórico.

Ao destacar a importância da catalogação, Lubetzky e Svenonius (2000), a descrevem como um elo indispensável na transmissão, integração e exploração dos registros da civilização humana e como fundamental no desenvolvimento de operações e serviços e para o atingimento da missão da biblioteca. A catalogação, portanto, está repleta de ideologia, metodologia e tecnologia para servir bem a biblioteca do século XXI.

Para Pinto Molina (1991) a catalogação é um processo composto por um conjunto de operações (algumas intelectuais e outras mecânicas e repetitivas) que cobrem o conteúdo e a forma dos documentos originais, retrabalhando-os e transformando-os em outros, de natureza

instrumental ou secundária, que facilitam a identificação precisa do usuário, a recuperação e a difusão desses. Ela destaca, também, que essa transformação é resultado de um processo geral de natureza analítica, ainda que faça uso da síntese e de um momento criativo, que permite a configuração final do documento secundário.

A definição acima evidencia a importância do processo catalográfico e coloca o resultado deste processo como um novo documento, criado a partir de um documento primário. O documento secundário é o que de fato permite a localização e acesso ao primário, ao original.

A catalogação, para Mortimer (2007), é a preparação de informação bibliográfica para registros de catálogo, na qual catalogadores usam ferramentas definidas a partir de regras e padrões internacionais. Assim, a catalogação consiste de: catalogação descritiva, catalogação de assunto e classificação.

A catalogação, portanto, é compreendida como um processo que considera o conjunto de aspectos descritivos e temáticos ou de assuntos, que favorecem os mecanismos de busca e recuperação do documento, e define elementos que permitem acessá-lo, local ou remotamente.

Garrido Arilla (1999) situa a operação de aspectos descritivos e temáticos dentro do processo global da catalogação, sendo, a primeira voltada para a descrição dos documentos (a chamada Descrição Bibliográfica) e uma segunda, cuja missão é o estabelecimento de pontos de acesso ao documento, o que, posteriormente, permitirá a sua recuperação<sup>6</sup>. Os pontos de acesso podem ser de dois tipos: definidos pela Catalogação de Assunto (pontos de acesso por assunto) e pela Catalogação Descritiva (pontos de acesso por nomes de autores pessoais, corporativos ou de título). A Catalogação Descritiva tece, portanto, a descrição bibliográfica ou documental e os pontos de acesso de autores pessoais, corporativos ou de título.

Garrido Arilla (1999) ainda indica que os elementos descritivos e temáticos são complementares e, deste modo, a escolha dos Pontos

de Acesso tem a função de agrupar e unificar as entradas (por assunto, nome, instituições e título) apresentadas em um documento, o que permitirá a sua recuperação. Aos aspectos descritivos cabe distinguir, individualizar e identificar as peculiaridades de um documento, o que faz com que uma descrição seja distinta da de seus similares.

Em definições gerais, consideramos catalogação descritiva como a ação que trata dos aspectos formais dos documentos e a catalogação de assunto, ou representação temática, aquela que se ocupa da definição de termos que representem o conteúdo destes documentos. O que, na teoria, se separa, justificada tanto pelo desenvolvimento teórico quanto por conta das atividades de pesquisa e ensino, na prática se vincula, visto que as duas ocorrem concomitantemente, e são, igualmente, essenciais para registro, recuperação, disseminação, localização e uso da informação pelos usuários.

Um dos principais produtos da catalogação é a reunião de registros bibliográficos no catálogo, visto que ele assume o papel de canal entre acervos e usuários. Porém, Pettee (1936) esclarece que os catálogos só assumiram função de ferramenta bibliográfica diante da necessidade de reunir as obras por um autor específico, por um determinado assunto e por edições diferentes da mesma obra, impulsionado pelo advento da impressão e, conseqüentemente, o aumento das coleções. Até então, os catálogos configuravam-se como simples listas de itens, ordenadas de acordo com o armazenamento nas bibliotecas, monastérios e prensas. A finalidade dos catálogos ainda era a de um inventário, que servia de guia para proprietários de acervos, visto que a função até então era outra, e não a de um instrumento de comunicação e localização para acesso às obras.

Se, anteriormente, os catálogos eram tidos apenas como listas de itens, hoje o catálogo exerce função social (no sentido humanístico) primordial na democratização de acesso à informação e provisão para o conhecimento. Concebido como um inventário de documentos, mas projetado para se tornar o dispositivo para acesso às obras, Smiraglia,

Lee e Olson (2011) definem o catálogo como parte de um aparato bibliográfico muito maior, que inclui bibliografias, índices, bancos de dados e até mesmo as notas de estudiosos individuais.

Com Strout (1956) é possível identificar como os catálogos aparecem em determinados períodos:

- Século VIII: limitados às listas de inventário informais e não organizadas;
- Século XIII: como listas de propriedade em bibliotecas inglesas;
- Século XIV: com a ideia de símbolos de localização, assim como identificação mais completa de edições e entradas para mais do que a primeira obra em um volume;
- Século XV: uso de referências cruzadas e a compilação de uma bibliografia e um índice para a bibliografia;
- Século XVI: faz menção a editores e tradutores e bibliografias em que, pela primeira vez, a atenção foi dada à palavra de entrada;
- Século XVII: crescente interesse pelos catálogos, bem como tratados sobre como eles deveriam ser feitos; uma época para rever realizações passadas em vez de inventar novos dispositivos;
- Século XVIII: seguiu um caminho semelhante ao do Século anterior, com exceção ao que ocorreu em sua última década, por conta do uso de catálogos em fichas pelo governo francês;
- Século XIX: caracterizado como de grande interesse e por ser alvo de exigências cada vez maiores por parte dos usuários da biblioteca; muitos dos grandes catálogos modernos surgiram durante este século na Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos.

Freedman (1984) coloca Panizzi, Jewett, Cutter e Lubetzky como os grandes pensadores da catalogação no âmbito anglo-americano, e os denomina de “quatro sagrados”. Também é dele a afirmação de

que qualquer discussão sobre catalogação deve ocorrer no âmbito da ideologia desenvolvida pelos 'quatro sagrados' ou, até, provar as deficiências dessa ideologia antes de propor alguma alternativa a ela. À consideração de Freedman, somamos um quinto, o indiano Ranganathan! Entretanto, nem Jewett e, tampouco, Ranganathan, tiveram suas bases teóricas utilizadas no desenvolvimento do RDA.

Agora vamos discorrer sobre as ideias e a influência de tais teóricos na catalogação descritiva.

## 2.1 Antonio Panizzi (1797-1879)

Sir Antonio Genesio Maria Panizzi, italiano, refugiado e naturalizado na Inglaterra. Panizzi é apontado por Gorman (2000) como o gigante da catalogação descritiva do século XIX e por Estivill Rius (2012) como o Príncipe dos Bibliotecários.

Panizzi foi o principal bibliotecário do *British Museum* de 1856 a 1866, sendo que chegou a esse cargo em meio a um turbulento momento de crise no museu, tanto na administração quanto no desenvolvimento do catálogo de livros impressos, demandado tanto pelos diretores do museu, quanto pelos usuários do catálogo.

Como resultado do trabalho desenvolvido por Panizzi, enquanto Guardião do *Department of Printed Books* no *British Museum Library*, com a colaboração de um comitê formado por Thomas Watts, J. Winter Jones, Edwards Edwards e John H. Perry, é feita a proposta de 91 Regras a serem adotadas para a catalogação do acervo do museu (STROUT, 1956). As regras atenderam às demandas dos curadores que faziam parte da equipe de trabalho de Panizzi, que exigiam um conjunto de regras que orientassem a catalogação do acervo de livros impressos do museu (SCHACHT, 1980). Por serem consideradas as primeiras regras da catalogação moderna, Connors (2008) define Panizzi como o responsável pelo primeiro código moderno de catalogação.

Panizzi, ao lado de Charles Jewett, é o principal nome da primeira idade dos códigos de catalogação e buscou formas de organizar informações de uma maneira lógica, sem deixar de ser útil. Negrucci (2001) lembra que Panizzi foi persistente na ideia de que o catálogo deveria ser elaborado conforme um conjunto padrão de regras.

Strout (1956) afirma que, até Panizzi, o grande interesse nas minúcias da catalogação nunca foi exibido em nenhum outro momento por eruditos, leitores e governo, e que é com ele que se chega à catalogação moderna, haja vista sua importância para a catalogação e para a catalogação descritiva, assim como a sua influência no Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR).

Para Garrido Arilla (1999), as regras foram criadas para orientar a elaboração de um catálogo alfabético, fundamentalmente de autores e entidades, que permitiria ao usuário a localização rápida e fácil de uma obra, assim como o agrupamento de obras de um mesmo autor com suas diferentes edições e traduções. Para ela, as regras de Panizzi (o primeiro código sistemático) estão mais orientadas à criação do catálogo do que para a descrição de documentos, como entendidas hoje.

Além da contribuição quanto ao código de catalogação, Lubetzky e Svenonius (2000) lembram que Panizzi viu o livro como uma edição de uma obra particular, concepção que permite relacioná-lo com as outras edições e traduções da obra que a biblioteca pode ter, o que leva, portanto, que diferentes edições podem ser integradas à determinada obra. Por quê? Simplesmente porque o livro é um objeto dicotômico.

O livro, na visão de Panizzi, é uma junção de entidades e não existe de forma isolada ou apenas física. Assim, além das referências cruzadas que deveriam ser usadas sempre que necessário, a representação de um determinado livro também não deveria ser feita de forma disjunta, mas integrada às demais expressões e manifestações da obra constante em um livro. Essas ideias em muito remetem aos conceitos apresentados no FRBR (que falaremos mais adiante).

Entre as várias contribuições de Panizzi destacamos os seguintes pontos que servem como argumento para discussão de aspectos teóricos e práticos da catalogação descritiva: [1] o processo catalográfico deve ser realizado a partir de regras consistentes para atender às necessidades de uniformidade e padronização; [2] novas regras precisam ser providas conforme surjam imprevistos; [3] integridade e precisão devem ser aplicadas a todos os livros; [4] obras anônimas devem ser registradas com a primeira palavra do título, artigos e preposições; [5] obras criadas sob pseudônimo devem ser catalogadas sob o nome do pseudo autor; [6] o registro deve ser tão detalhado a ponto de cada livro fosse mais simplesmente identificável e que a página de rosto era a fonte de dados para o registro.

## 2.2 Charles Coffin Jewett (1816-1868)

Charles Coffin Jewett, americano, foi bibliotecário e professor de línguas modernas. Podemos considerar a iniciação de Jewett na catalogação quando foi assistente de Oliver A. Taylor, enquanto este preparava o catálogo do *Andover Theological Seminary*. Seis anos após esse início, foi em 1841 que Jewett foi nomeado bibliotecário na *Brown University*, com a responsabilidade de elaborar um novo catálogo.

Com *On the Construction of Catalogs*, Jewett (1852) apresentou um código composto por trinta e nove regras que foram elaboradas com grande cuidado. Formuladas a partir das regras adotadas na compilação do catálogo do *British Museum*, algumas são, literalmente, iguais, e outras se parecem mais com as regras defendidas por Panizzi do que àquelas sancionadas pelos curadores do Museu.

No entanto, Blake (2002) nos conta que, diferentemente de Panizzi, as regras de Jewett determinavam que, se o autor usasse um pseudônimo e sua identidade fosse conhecida, a obra deveria ser registrada com o nome verdadeiro do autor. Outra situação indicada por Panizzi e presente em Jewett são as referências cruzadas.

Jewett enfatizou que os dados deveriam ser registrados conforme apresentados no item; que a página de rosto era a fonte primária de informação; que o título fosse transcrito exatamente como consta na obra. Defendia, ainda, que as regras de catalogação deveriam ser rigorosas e, quando possível, atender a todos os detalhes. Jewett também destacou que o gosto ou julgamento individual do catalogador deve ser deixado de lado, e, tanto quanto for possível, evitado.

Na concepção de Jewett, o catálogo é um instrumento de promoção e difusão do conhecimento, e considera ser esta a justificativa para o ofício catalográfico. Para além disso, o catálogo se coloca como promotor do conhecimento, ao mostrar o que já foi estudado e evidenciar lacunas no campo científico. Para evitar que novas publicações sejam feitas somente de modo a acrescentar o volume de livros sem, necessariamente, somar conhecimento, Jewett (1852) defendeu que o catálogo tem a função de indicar o caminho do esforço útil.

Jewett fez críticas à prática de impressão do catálogo em livro, da forma como era feito, uma vez que este tipo de catálogo estava sempre em estado de imperfeição. Para sanar essa dificuldade, Jewett propôs o que ele chamou de *Stereotype the titles separately*, que, por configurarem-se em placas ou blocos, possibilitariam a construção de um catálogo geral.<sup>7</sup>

Sobre as regras de catalogação, Jewett as considerou de extrema importância no processo de criação de catálogos, visto que, sem elas, o resultado do trabalho catalográfico seria um misto de erro e confusão. Ele também defendia que as regras destinam-se à uniformidade, que para ele é imperativa e só pode ser alcançada por conta da adesão de todos às regras, abrangendo, quanto possível, todos os detalhes da obra. Para Jewett, o catálogo era um importante instrumento democrático de acesso e promoção ao conhecimento.

## 2.3 Charles Ammi Cutter (1837-1903)

Charles Ammi Cutter nasceu em Boston (USA), foi outro destaque entre os principais influenciadores da catalogação; ocupou importante cargo de presidente da *American Library Association*, da qual foi um de seus fundadores.

Influenciado, indiretamente, por Panizzi e, diretamente, por Jewett, trabalhou com este último, “[...] na preparação de um catálogo para uma coleção especial da Biblioteca Pública de Boston [USA].” (FIUZA, 1987, p. 48).

Foster (1903) aponta três momentos na vida de Cutter como significativos para a história da biblioteconomia e da catalogação: [1] a publicação do catálogo do *Athenaeum* de Boston, em 1874; [2] a publicação de *Rules for a Dictionary Catalog*, em 1876, e; [3] e a publicação de *Expansive Classification*, em 1891.

Em *Rules for a Dictionary Catalog*, Cutter apresenta 368 regras para a elaboração de catálogos. Conforme Hufford (1991), este foi o último código publicado individualmente, visto que os demais códigos foram desenvolvidos por comitês e associações. Nesta obra, Cutter ressalta que nenhum código de catalogação poderia ser adotado em todos os pontos por cada um. A justificativa do autor era a de que cada biblioteca tem seus objetivos e públicos específicos. No entanto, Cutter coloca que a elaboração de um catálogo deve objetivar a localização de obras e baseou suas ideias no modo como o usuário de uma biblioteca procura por informações.

Um ano após o falecimento de Cutter foi publicada a quarta edição de *Rules for a Dictionary Catalog*, em 1904, momento em que se assistia ao início do fornecimento de fichas para o arranjo de catálogos, pela *Library of Congress*. No prefácio desta obra Cutter chamou a atenção para a necessidade de que regras fossem revistas, observações se tornassem regras e que a forma de compor o catálogo influenciaria as revisões.

Cutter dividiu os catálogos em curto, médio e completo (ou bibliográfico), com níveis variantes para o conjunto de informações que comporiam cada um deles. Para Yee (1994), Cutter foi o primeiro a declarar os objetivos do catálogo e a discutir técnicas para implementá-los.

Os objetivos<sup>8</sup> do catálogo definidos por Cutter (1904) são:

1. Permitir que uma pessoa encontre um livro do qual

- (A) o autor seja conhecido
- (B) o título seja conhecido
- (C) o assunto seja conhecido

2. Para mostrar o que a biblioteca tem

- (D) de um determinado autor
- (E) sobre um dado assunto
- (F) em um determinado tipo de literatura

3. Ajudar na escolha de um livro

- (G) quanto à sua edição (bibliográfica).
- (H) quanto ao seu caráter (literário ou tópico).

Para Cutter (1904), a conveniência do usuário deve ser sempre definida antes da facilidade do catalogador. Assim, a conveniência do usuário deve anteceder a definição de regras de catalogação, bem como a composição de catálogos.

Como contribuições para a catalogação descritiva, Fiuza (1987, p. 48) destaca que, em *Rules for a Dictionary Catalog*, “[...] [Cutter] definiu os primeiros princípios de catalogação expressos em regras que constituíram um código tão racional e completo que muitas delas continuam a fazer parte dos códigos atuais.”

Para Blake (2002), Cutter ultrapassa os limites estabelecidos por seus antecessores, Panizzi e Jewett, visto que é ele quem define o conceito de autoria corporativa, ao considerar que, assim como uma pessoa, uma instituição pode ser registrada como autora de uma obra.

Cutter via o catálogo como instrumento para atender às necessidades dos usuários, o que em certa medida corrobora a visão de Jewett de que o catálogo era voltado ao processo democrático de acesso ao conhecimento.

## 2.4 Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972)

Shiyali Ramamrita Ranganathan, indiano, era bibliotecário e matemático. Embora externo ao ambiente anglo-americano, é tão importante quanto o grupo de teóricos citados na introdução do RDA.

Ranganathan pensava em um modelo de controle bibliográfico, baseado em um sistema internacional de intercâmbio de dados catalográficos. Vale lembrar que ele foi idealizador da catalogação na fonte, e que se estava nos anos de 1950, onde formatos legíveis por máquina iriam ainda ser gestados no ambientes das ideias. (SILVA, 2018).

Tanto as ideias de Ranganathan quanto o seu *Classified Catalogue Code* (CCC) foram grandes contribuidores das discussões que antecederam a *International Conference on Cataloging Principles*, ocorrida em 1961.

Em 1954, Ranganathan foi convidado pelo Dr. Bourgeois, então presidente da IFLA, para que analisasse problemas referentes à catalogação e sugerisse soluções. A compilação destas sugestões destacou-se como uma das grandes contribuições para a definição dos Princípios de Paris<sup>9</sup>, ao lado das ideias de Seymour Lubetzky (o próximo teórico que apresentaremos).

Assim como Jewett, Ranganathan defendia a construção de um catálogo central. Ampliou, porém, a discussão para a idealização de um código internacional de catalogação, e, semelhante a Cutter,

advogava que a construção de catálogos fosse impessoal e que tivesse como prioridade o usuário.

Em termos gerais, Ranganathan (1959) considerava alguns problemas no estabelecimento de um código internacional de catalogação:

- atividade impessoal: o catalogador e o usuário podem ser diferentes, mas o catálogo poderia ser o mesmo, centralizado;
- catálogo *versus* entrada principal: as diferentes escolhas para entrada principal dificultavam a elaboração de um catálogo de todas as bibliotecas; se, como um todo, um catálogo centralizado era irrealizável, o registro da entrada principal não o era;
- armazenamento de cópias: o fato de fazer cópias de fichas antecipadamente, gerou um problema de armazenamento, que seria solucionado ao fazer uso de uma tecnologia (vigente na época) que permitiria fazer as fichas apenas sob demanda;
- obstáculos no caminho: mais voltado aos catalogadores do que quanto ao catálogo em si; o primeiro era a questão da tradição enraizada que impedia a propagação de novas ideias assim como dos propagadores destas; o segundo vinha do espírito individualista e do liberalismo, tidos para Ranganathan como falsamente aplicados;
- código de catalogação: para a economia no ofício da catalogação, era necessário que esse serviço fosse feito de forma centralizada, porém, o uso de diferentes códigos de catalogação por bibliotecas diferentes tornava isso impraticável;
- padronização e originalidade: o contexto de composição de um catálogo é, e sempre deve ser, usuário-bibliotecário de referência. Se este contexto muda de tempos em tempos,

passa a existir, conseqüentemente, a necessidade de melhoramentos no código de catalogação;

- plano internacional: a grande dificuldade estava na catalogação de livros estrangeiros, que se desmembra nos obstáculos da tradição, do individualismo, da resistência à padronização, da diversidade cultural e da linguística, em que os dois últimos são insuperáveis;
- códigos em diferentes planos: além de todos os obstáculos reais citados, o fato de um código de catalogação internacional ser definido por *uma* nação ou um grupo linguístico ou cultural para *muitos* não traria benefícios.

Entre as indicações para discussão na Conferência de Paris, em 1961, Ranganathan (1959) apontou a concordância com os princípios normativos que, no campo da catalogação, devem implicar, de modo especial, leis fundamentais da Biblioteconomia, sendo consideradas as fronteiras estabelecidas pelos requisitos sociais, de um lado, e os requisitos de catalogação, de outro. Tal afirmação coloca, mais uma vez, o caráter social da catalogação, tão necessário nas discussões, nas teorias e na prática. Esse conjunto de princípios foi desenvolvido por Ranganathan como cânones da catalogação em sua obra *Theory of library catalogue*, publicada em 1938, a serem considerados na delimitação do conjunto de regras de catalogação.

Sobre os cânones, Bhattacharya (1973 apud ROUT; PANIGRAHI, 2015) lembra que o conjunto de princípios normativos de catalogação é uma das maiores contribuições da Índia no campo da catalogação e afirma que a potencialidade e a versatilidade desses princípios não foram percebidas pelos bibliotecários. Se, à época de sua proposição, esses princípios normativos estavam à frente do tempo, é com o passar dos anos que sua utilidade e a importância serão notadas.

Para Ranganathan (1938), a aplicação das cinco leis da Biblioteconomia, tão difundidas no universo biblioteconômico, deve

ser acompanhada da Lei da Parcimônia, talvez o princípio geral mais elementar da catalogação e, até mesmo, de qualquer outra prática científica.

Em *Classified catalogue code*, publicado em 1964, Ranganathan propõe outros cânones (adicionados aos cânones anteriormente definidos em 1938), o que formou um conjunto de nove cânones a serem observados quando da elaboração de códigos de catalogação, assim como de suas regras. Os cânones propostos por Ranganathan são: consistência, relevância, determinabilidade, permanência, uso corrente, individualização, contexto, ponto de acesso e preponderância, e serão apresentados a seguir.

O Cânone da Consistência (*Canon of Consistency*) impõe ao código a responsabilidade de que ocorrências análogas sejam tratadas da mesma forma. Para exemplificar esse cânone, Ranganathan se reporta a Cutter (1904) que defendia que entre os vários métodos possíveis para atingir os objetivos, dentre coisas iguais, uma mesma entrada deveria ser escolhida. Isso daria consistência às outras entradas de modo que um mesmo princípio pudesse ser aplicado.

O Cânone da Relevância (*Canon of Relevance*<sup>10</sup>) orienta tanto a elaboração das regras quanto a aplicação destas, visto que indica que os dados escolhidos para a entrada principal devem ter a relevância necessária para atender a demanda de título, autor e assunto.

O Cânone da Determinabilidade (*Canon of Ascertainable*) exige que todas as informações usadas tenham como fonte a folha de rosto e, via de regra, apenas a definição dos pontos de acesso de assunto leva o catalogador para além dela. Apesar disso, Ranganathan se apoia novamente em Cutter (1904) para destacar que, em alguns casos, pode não ser possível determinar os dados a partir do título, e comenta que as adições feitas a um título devem ser breves, no idioma do título, e marcadas com colchetes, e que, caso haja uma palavra escrita incorretamente, deve ser feita a indicação de [sic] ou [!]. Apesar de considerar a folha de rosto como fonte principal de

dados para a catalogação, Ranganathan lembra que nem sempre a página de rosto contém as informações necessárias para compor um registro bibliográfico. Com esse cânone, Ranganathan defendeu uma aproximação maior entre os catalogadores e o comércio de livros, além de sugerir uma norma internacional para a elaboração da folha de rosto.

Ao Cânone da Permanência (*Canon of Permanence*) cabe a definição da Entrada Principal para indicar algo permanente. Apesar de se saber que nomes de pessoas ou de instituições sofrem alterações, Ranganathan ressalta que esse cânone deve ser observado.

O Cânone do Uso Corrente (*Canon of Currency*) que, em um momento acorda com o Cânone da Permanência, conflita com os cânones da Consistência e da Determinabilidade, embora cada situação tenha sua própria demanda. A recomendação é que, no caso do título, é necessário registrar o atual; quanto ao autor, como indicado na folha de rosto; para o assunto, a forma de uso mais popular. Assim, para atender a ordem do uso corrente, Ranganathan define que devem ser revisadas, de modo a atender esse Cânone, as entradas de assunto de um catálogo de dicionário e as entradas de índice de classe de um catálogo classificado.

O Cânone da Individualização (*Canon of Individualisation*), estabelece que o nome de qualquer entidade usada como entrada principal deve denotar apenas uma entidade. Aos casos homônimos deve-se acrescentar elementos individualizadores. Esse cânone se justifica diante do objetivo de poupar o tempo dos pesquisadores e usuários de catálogos e bibliografias.

No Cânone do Contexto (*Canon of Context*), as regras de um código de catalogação devem considerar o contexto da natureza dos recursos informacionais e a organização da biblioteca. As regras, portanto, devem ser alteradas, de tempos em tempos, para acompanhar as mudanças no contexto. Ranganathan exemplifica a aplicação deste cânone ao citar mudanças havidas nas regras de entrada principal dos livros impressos na era dos incunáveis para aquelas da era pós 1500.

O Cânone de Pontos de Acesso<sup>11</sup> (*Canon of Sought-Heading*) aponta que os pontos de acesso devem ser aplicados de forma que se evite duplicação e que ofereçam alternativas para o usuário na recuperação de documentos. Os pontos de acesso devem, ainda, permitir a recuperação de outros documentos relacionados ao documento objeto de busca pelo usuário. Ranganathan considerou que um código de catalogação e suas regras deveriam considerar que autor e assunto são os mais populares entre as buscas em um catálogo.

Apesar de todos os cânones anteriormente apresentados serem atinentes também à classificação, é o Cânone da Preponderância (*Canon of Prepotence*) que tem a sua indicação específica para a catalogação descritiva (RANGANATHAN, 1964, p. 70). Um fator de vital importância é a posição ordinal em que se coloca uma determinada entrada, em relação às demais, visto que esta posição ou ordem define a potencialidade da entrada em servir para a recuperação e identificação de um documento. Ranganathan ressalta que a Preponderância não é uma exclusividade do título.

É fato que muitos dos cânones tiveram os vocábulos atualizados. Porém, os conceitos mantiveram-se. Quanto ao Cânone da Preponderância, entretanto, cabe uma ressalva, visto que, em catálogos automatizados, a posição de um ponto de acesso não determina a potencialidade da recuperação por aquele elemento; todos os pontos de acesso tem a mesma importância de recuperação e identificação de um documento.

## **2.5 Seymour Lubetzky (1898-2003)**

Consultor de bibliografia e catalogação, Seymour Lubetzky foi responsável por uma das publicações mais influentes sobre catalogação, *Cataloging Rules and Principles*, publicado em 1953, atendendo a uma solicitação da *Library of Congress* para examinar o rascunho do código de catalogação escrito pela *Division of Cataloging*

*and Classification* da ALA, e simplificar as regras de tal código. Essa obra foi a maior influenciadora do AACR (GORMAN, 2000). Com o objetivo de analisar as regras para entrada de autor e título, com ênfase para os autores corporativos, também foram discutidos os objetivos e princípios das regras propostas. O grande questionamento de Lubetzky ao escrever a obra citada era: esta regra é necessária?

Lubetzky (1953) apontou dois objetivos para as regras de um código de catalogação: [1] permitir que o usuário do catálogo determine prontamente se a biblioteca tem ou não o livro que ele deseja, e [2] revelar ao usuário do catálogo, sob uma forma do nome do autor, quais obras a biblioteca tem por um determinado autor e quais edições e traduções de uma determinada obra. Dada a complexidade de se estabelecer as relações definidas no segundo objetivo, ele foi ignorado pelo catalogadores.

A presença de tecnologias em catálogos possibilitou aprimoramento das possibilidades de busca e recuperação da informação. Lubetzky (1953) ressalta que ambos os objetivos, firmemente definidos por Panizzi, também foram buscados nas regras de catalogação anglo-americanas. Para Lubetzky e Svenonius (2000) os catálogos online atendem ao primeiro objetivo, mas ressaltam que as tecnologias presentes em catálogos deveriam ser melhoradas para atender, também, ao segundo objetivo.

Em sua obra Lubetzky defendeu que as regras de catalogação devem basear-se em dois elementos: nome do autor e título, pois são os meios mais importantes usados pelos usuários para identificar uma obra, o que leva à compreensão de que [1] obras cujos autores são conhecidos devem ser inseridas sob seus autores; [2] aquelas cujos autores não são identificados, devem ser inscritos sob seus títulos. Sobre isso, Lubetzky (1953) afirma que os dois grandes princípios de Cutter permanecem tão válidos quanto sempre foram. Mesmo que implicitamente, estes objetivos foram vislumbrados no FRBR, publicado em 1998<sup>12</sup>, e, mais claramente, assemelham-se aos objetivos do catálogo, propostos por Cutter.

Na obra de Lubetzky são considerados, ainda, os princípios variantes (ou adicionais) em que considera [1] as obras que possuem mais de autor; [2] os autores que possuem mais de um nome; [3] as obras que possuem mais de um título; [4] as obras que são baseadas em outras obras; [5] as obras de autores corporativos.

Para Lubetzky (1953), as regras devem permitir que o usuário selecione a edição ou a tradução de uma obra que melhor atenda à sua finalidade; que ele encontre as obras relacionadas ao autor; que identifique uma obra que foi ligeira, ou imprecisamente, citada; e que encontre uma obra que foi catalogada separadamente. Dessa forma, ao catalogador é requerido o estabelecimento da identidade do(s) autor(es) e de suas relações da obra.

Estivill Rius (2012) lembra que foi com Lubetzky que a catalogação e os seus códigos “[...] retornaram a alguns princípios teóricos, os de Cutter, simplificados em alguns aspectos e renovados com a inclusão do conceito de obra, que é central para a função de agrupamento do catálogo.” A autora também ressalta a presença de Panizzi, Jewett, Cutter e Ranganathan como influenciadores e precursores das ideias e da obra de Lubetzky.

### 3 PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO

Ao considerar os alicerces teóricos para o desenvolvimento do RDA, ainda em sua introdução, fica explícito que o padrão foi construído nas bases estabelecidas pelo AACR e com influências de grandes tradições catalográficas. O documento do RDA especifica tais tradições e destaca como obras fundadoras: [1] *Rules for a Dictionary Catalog*, de Charles A. Cutter; [2] *International Conference on Cataloging Principles, report*; [3] *Principles of cataloging: final report: phase I: descriptive cataloging*, de Seymour Lubetzky e; [4] *Rules for the compilation of the catalogue*, de Antonio Panizzi, que fazem parte do rol de importantes pensadores da catalogação e formadores de ideias que ainda hoje são aplicadas. As ISBDs, um dos principais contributos para a padronização dos registros bibliográficos, não são indicadas como parte das tradições, mas como um dos instrumentos em que a construção do RDA se fundamenta.

Resultado da *International Conference on Cataloguing Principles*, realizada em Paris, a *Statement of International Cataloguing Principles* teve sua primeira publicação em 1961 e ficou conhecida como Princípios de Paris. O objetivo dos Princípios de Paris é o de servir como referência para a padronização internacional da catalogação, além de orientar a construção de catálogos e de códigos de catalogação (apesar de estes últimos estarem implícitos na publicação de 1961). Santos e Corrêa (2009) lembram que a obra *Cataloguing rules and principles*, de Seymour Lubetzky, foi aquela que deu sustentação para o que seria discutido na *International Conference on Cataloguing Principles*. Consideramos de igual importância as ideias conjuntas de Ranganathan e Lubetzky nas discussões de tais princípios.

Na publicação de 1961, a declaração apresentou as funções e a estrutura dos catálogos, além de orientações de como deveriam ser registradas as entradas em um registro bibliográfico. Santos e Corrêa (2009, p. 23) destacam que a “[...] Conferência de Paris é [...] a primeira

etapa importante de padronização em uma plataforma internacional”, o que corrobora a importância da Conferência para a catalogação mundial.

Diante da necessidade de atender às demandas surgidas com os *Online Public Access Catalogues* (OPACs) e ampliar os princípios para todos os tipos de obras, e não mais apenas livros impressos, os Princípios de Paris foram revisados.

Mais de quarenta anos após a publicação dos Princípios de Paris, e após ampla discussão para a atualização da declaração ocorrida nos *IFLA Meeting of Experts on the International Cataloguing Code* (IME-ICC), com rascunhos colocados para discussão nas cinco edições do encontro<sup>13</sup>, foi publicada, em 2009, a nova versão, intitulada Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação.

Foi a publicação de 2009 que trouxe o detalhamento dos princípios, dentre os quais figuram, explicitamente, os seguintes: [1] conveniência do usuário, [2] uso comum, [3] representação, [4] exatidão, [5] suficiência e necessidade, [6] significância, [7] economia, [8] consistência e normalização, e [9] integração. A própria Declaração coloca a conveniência do usuário como o principal dos princípios. Assim, as “[...] decisões relativas à descrição e às formas controladas dos nomes para acesso devem ocorrer tendo em conta o utilizador (usuário).” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009a, p. 2).<sup>14</sup>

Em 2016 nova edição dos *International Cataloguing Principles* acontece. A justificativa para sua atualização, segundo a International Federation of Library Associations and Institutions (2016), considera os usuários, o ambiente de acesso aberto, a interoperabilidade e acessibilidade de dados, os recursos de ferramentas de descoberta e a mudança significativa de comportamento do usuário em geral. Nesta edição, além dos princípios já presentes na edição de 2009, novos princípios são agregados com a finalidade de atender novas demandas de tecnologias e usuários. São eles (com destaque os novos): [1] Conveniência do usuário, [2] Uso comum, [3] Representação, [4]

Exatidão, [5] Suficiência e necessidade, [6] Significância, [7] Economia, [8] Consistência e normalização, [9] Integração, [10] **Interoperabilidade**, [11] **Abertura**, [12] **Acessibilidade** e [13] **Racionalidade**.

Uma das diferenças entre as edições de 2009 e 2016 em relação à edição de 1961 é que, as mais recentes trazem orientação para a descrição bibliográfica<sup>15</sup>.

A partir de informações dos Princípios Internacionais de Catalogação, publicados pela International Federation of Library Associations and Institutions (1961, 2009a, 2016), e de Santos e Corrêa (2009), o Quadro 1 demonstra uma comparação entre as Declarações que foram publicadas.

CATALOGAÇÃO 'DOS PRINCÍPIOS E TEORIAS AO RDA E IFLA LRM'  
RAILDO DE SOUSA MACHADO E ZAIRA REGINA ZAFALON

**Quadro 1** – Quadro comparativo das definições presentes nos Princípios Internacionais de Catalogação (ICP) de 1961, 2009 e 2016

Categorias	ICP 1961	ICP 2009	ICP 2016
<b>Abrangência</b>	Escolha de Pontos de acesso e cabeçalhos	Entidades, atributos e relações; descrição bibliográfica; pontos de acesso; fundamentos para a funcionalidade de pesquisa	Entidades, atributos e relações; descrição bibliográfica; pontos de acesso; fundamentos das capacidades de pesquisa
<b>Princípios</b>	Não menciona.	Conveniência do usuário; Uso comum; Representação; Exatidão; Suficiência e necessidade; Significância; Economia; Consistência e normalização; Integração.	Conveniência do usuário; Uso comum; Representação; Exatidão; Suficiência e necessidade; Significância; Economia; Consistência e normalização; Integração; Interoperabilidade; Abertura; Acessibilidade; Racionalidade
<b>Recursos informacionais</b>	Livros impressos	Todos os tipos de recursos informacionais	Todos os tipos de recursos informacionais
<b>Funções do catálogo</b>	O catálogo deve ser um instrumento eficiente para verificar: se a biblioteca contém um determinado livro especificado por seu autor e título, ou se o autor não for mencionado no livro, apenas seu título, ou se autor e título forem inadequados ou insuficientes para identificação, um substituto adequado para o título; e quais obras de um determinado autor e quais edições de uma determinada obra estão na biblioteca.	O catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao utilizador (usuário): encontrar um determinado recurso; identificar um recurso bibliográfico ou agente; selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do usuário; adquirir ou obter acesso a um item descrito; navegar num catálogo ou para além dele.	O catálogo deve ser um instrumento eficaz e eficiente que permite ao usuário: encontrar um determinado recurso; identificar um recurso bibliográfico ou agente; selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do usuário; adquirir ou obter acesso a um item descrito; navegar e explorar num catálogo ou para além dele.
<b>Usuário</b>	O catálogo deve atender às necessidades e ao interesse do usuário.	A conveniência do usuário é o princípio mais determinante.	Considera novas categorias de usuários e a mudança significativa do seu comportamento em geral.
<b>Descrição bibliográfica</b>	Não menciona.	Indica que: deve ser criada uma descrição bibliográfica separada para cada Manifestação; a descrição bibliográfica baseia-se, tipicamente, no item e pode incluir atributos tanto da obra quanto da expressão; os dados descritivos devem ser baseados numa norma internacionalmente vigente; as descrições podem ser feitas de acordo com vários níveis de detalhe, dependendo dos objetivos do catálogo ou ficheiro (arquivo) bibliográfico.	- deve-se criar uma descrição bibliográfica separada para cada Manifestação; - os dados descritivos devem ser baseados numa norma internacionalmente vigente; - as descrições podem ser feitas de acordo com vários níveis de detalhe, dependendo dos objetivos do catálogo.

Fonte: Adaptação a partir de International Federation of Library Associations and Institutions (1961, 2009a, 2016) e de Santos e Corrêa (2009).

## 4 OS INSTRUMENTOS DE CATALOGAÇÃO

A catalogação teve desenvolvimento concomitante de instrumentos que auxiliassem a sua prática e a constituição de sua teoria. Assim, tanto a catalogação descritiva quanto a temática, fazem uso de códigos, normas e/ou padrões que orientam a elaboração e o arranjo de catálogos.

Para Chaplin (1956) além de ser uma declaração de práticas, um código de catalogação pode ser entendido como um conjunto de regras destinadas a aplicar-se aos catálogos, visto que é um instrumento de padronização. Ele ainda lembra que as vantagens na uniformização dos catálogos são sentidas na economia de tempo tanto do usuário quanto para os produtores de catálogos.

Neste capítulo apresentaremos uma abordagem geral sobre os códigos de catalogação e seu percurso histórico, com destaque para os códigos anglo-americanos e a ISBD.

### 4.1 Códigos de catalogação

Para Strout (1956), os primeiros códigos de catalogação foram produzidos no século XVI, influenciados pelo impacto que a invenção da imprensa causou às bibliotecas, além de movimentos políticos, culturais e intelectuais que promoveram mudanças nas bibliotecas da época.

Gorman e Oddy (1997) apontam três idades dos códigos modernos de catalogação em língua inglesa, a saber:

- primeira idade: característica do século XIX, dos códigos de única autoria, principalmente os de Panizzi e Cutter;
- segunda idade: marcado, quase ao mesmo tempo, com o início do século XX; idade dos códigos de autoria de um comitê; e
- terceira idade: anunciada pelas ideias de Seymour Lubetzky e do AACR.

Os códigos de catalogação visam definir as regras para a elaboração do registro bibliográfico e buscam uma uniformidade na representação das obras, o que tornam esses registros únicos, tanto em uma rede de bibliotecas quanto em grupos bibliotecas isoladas. Os códigos de catalogação aproximam, cada vez mais, o modo que diferentes bibliotecas registram seus materiais.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 89) definem código de catalogação como um “[...] conjunto de regras para a elaboração de registros bibliográficos, cuja finalidade é assegurar a consistência na preparação desses registros.” Os vários códigos de catalogação que surgiram ao longo do tempo buscavam uma forma de tornar os registros bibliográficos integrados em um catálogo e coerentes em sua relação, de modo que permitissem relacionar os itens catalogados, apesar de serem descritos individualmente.

A partir de Strout (1956) e Souza (1997), e com dados que foram acrescentados por nós a partir de pesquisa bibliográfica, pode ser mais bem compreendida a cronologia dos códigos, tratados e acontecimentos que influenciaram as bases da catalogação:

- 1560, com o tratado de Florian Trefler: este monge beneditino publicou em Augsburg (Alemanha) um tratado sobre a manutenção de uma biblioteca, intitulado *Methodus exhibens per varios indices, et classes subinde, quorumlibet librorum, cuiuslibet bibliothecae, breve, facilem, imitabilem ordinationem*. Em seu tratado, Trefler defendeu que um catálogo deveria consistir em cinco partes: um catálogo de autor, uma lista de prateleira, um índice confidencial, um índice alfabético e uma lista de livros. Esta foi a primeira vez que ficou evidente a importância de se estabelecer mais de uma forma de acesso;
- 1595, com Andrew Maunsell: o livreiro inglês compilou seu *Catalogue of English Printed Book* e, no prefácio, declarou

suas regras para a definição do ponto de acesso principal. Entre as exigências, constava a necessidade de inclusão de tradutor e de dados da imprensa. O documento trazia, ainda, indicações de que uma obra anônima deveria ter a sua entrada pelo título e/ou pelo assunto;

- Século XVI, com os primeiros códigos de catalogação: grande impacto por conta da imprensa na produção de livros, do surgimento das universidades e da destruição tanto de livros quanto de bibliotecas;
- Século XVII, com Sir Thomas Bodley: no início deste Século, Bodley apareceu como uma figura importante na cena de catalogação por ter proposto o código de Bodley, que incluía um índice alfabético de autor organizado pelo sobrenome e métodos minuciosos de catalogação que, entre outras regulamentações, definia que os nobres fossem inseridos pelos nomes de suas respectivas famílias. Bodley aproximou-se dos usuários com o intuito de identificar como deveria ser o funcionamento do catálogo;
- 1650, com o tratado de John Dury: foi quem indicou a necessidade de que, anualmente, complementos aos catálogos deveriam ser impressos;
- 1697, com Humphrey Wanley: foi quem levantou questões para o melhoramento da construção e do uso de catálogos, com destaque para o fato de que os registros deveriam ter a indicação de títulos e datas, serem escritos no idioma do livro, ter o tamanho e o nome do editor de um livro, e mencionar se um livro não tivesse lugar ou data;
- 1697, com Frederic Rostgaard: publicou em Paris seu discurso sobre um novo método de criação de um catálogo de

bibliotecas. As regras de Rostgaard, intituladas *Project d'une nouvelle methode pour dresser le catalogue d'une bibliotheque*, exigiam um arranjo de assunto subdividido por ordem cronológica e por tamanho de volume. Para ele o catálogo deveria ser organizado em tal grau que os autores que tratassem do mesmo assunto e todas as edições de uma mesma obra fossem encontrados juntos;

- 1791, com o primeiro código de catalogação (França): durante a Revolução Francesa e, após o recém-formado governo do país, foram estabelecidas as direções para sua reorganização. Dentre as direções, o governo enviou às bibliotecas instruções para catalogar suas coleções, intitulado *Instruction pour procéder de la confection du catalogue de chacune des bibliothèques sur lesquelles les Directoires ont dit ou doivent incessamment apposer les scelle*. Daí o surgimento do primeiro código nacional de catalogação. Também é nesse período que aparece pela primeira vez o catálogo em fichas;
- Século XIX, com Thomas Hartwell Horne: publicou na primeira parte do Século, na Inglaterra, um esquema de classificação e um código de regras de catalogação, intitulado *A Catalogue ... Methodically Arranged* e chamou a atenção para o fato de que um livro não se limitava a apenas uma entrada de assunto;
- 1841, com Sir Anthony Panizzi: quem cria, com colaboradores, as 91 Regras, destinadas à catalogação do acervo da *British Museum Library*, o que constituiu o primeiro código de catalogação completo. Este foi um passo de muita importância para a catalogação britânica e americana;

- 1852, com Charles Coffin Jewett: publica um código, chamado *Smithsonian Report on the Construction of Catalogues of Libraries, and of a General Catalogue and Their Publication by Means of Separate, Stereotyped Titles, with Rules and Examples*, baseado naquele elaborado por Panizzi. Jewett expandiu algumas regras de Panizzi, mas, também propôs novas;
- 1876, com Charles Ammi Cutter: publicou *Rules for a Printed Dictionary Catalogue*, um código constituído de 369 regras, e, a partir dele, criou-se a escola americana de catalogação. Cutter firmou seu nome na história da catalogação e ainda hoje suas teorias são amplamente usadas nos serviços catalográficos;
- 1883, com a publicação de *Condensed Rules for author and title catalog*, na revista *Library Journal*;
- 1899, com as instruções prussianas: resultado do *Instruktionen für die Alphabetischen Kataloge der Preussischen Bibliotheken*, publicado em 1890;
- 1908, com a 2ª edição de instruções prussianas;
- 1908, com o código da ALA: publicado como *Cataloguing rules: author and titles entries*, teve sua origem no trabalho *Condensed Rules for author and title catalog*, publicado em 1883, e é resultado de estudo sugerido por Dewey, em colaboração com a *British Library*, das normas da *Library of Congress*;
- 1922, com o código nacional italiano: publicado sob o título de *Relege per la compilazione del catalogo alfabetico*, foi o primeiro código oficial italiano;

- 1927, com o código da Vaticana: foi criado com o título de *Norme per il catalogo deglistampait*;
- 1931, com a *Norme per il catalogo degli stampati*: revisão do código da Vaticana a partir das orientações do código da ALA e das regras usadas pela *Library of Congress*;
- 1938, com Ranganathan: em sua obra *Theory of library catalogue*, Ranganathan estabeleceu os cânones a serem considerados na delimitação do conjunto de regras de catalogação;
- 1939, com a 2ª edição do código da Vaticana;
- 1941, com a 2ª edição do código da ALA: publicado em duas partes, uma voltada a entradas e cabeçalhos, e a outra à descrição de livros, esta edição foi revisada visto que a edição de 1908 do código da ALA não foi bem aceita pelos catalogadores;
- 1949, com a comissão de catalogação para revisão e nova redação de instruções prussianas: apesar de voltada às bibliotecas universitárias da Alemanha, foi adotada também na Áustria, Hungria, Suécia, Suíça, Holanda e Noruega;
- 1949, com revisão da 2ª edição do código da ALA: por ser considerada prolixa e complexa nova revisão foi feita, o que resultou em dois volumes distintos e independentes: *ALA cataloguing rules for author and titles entries*, editado por Clara Beetle; e *Rules for descriptive cataloguing in the LC*;
- 1949, com a 3ª edição do código da Vaticana: edição traduzida para vários idiomas, inclusive português, com ampla aceitação na América Latina;

- 1949, com as Normas de Catalogação de Impressos: tradução do código da Vaticana para o português, com iniciativa de Lydia de Queiroz Sambaquy (Brasil);
- 1952, com nova revisão do código da ALA por Lubetzky: por conta da continuidade de críticas, Lubetzky foi convidado a apresentar um relatório de revisão, o que resultou na publicação de *Cataloguing rules and principles: a critique of ALA rules for entry and proposed design for their revision*;
- 1962, com a tradução da 3ª edição do código da Vaticana para o português;
- 1964, com Ranganathan: em *Classified catalogue code*, Ranganathan propõe outros cânones, o que formou um conjunto de nove a serem observados quanto à elaboração de códigos de catalogação, assim como as regras destes códigos;
- 1967, com o *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR): publicado a partir de revisão feita pela ALA, LC, *Library Association* da Grã-Bretanha e *Canadian Library Association*, do código da ALA, com adaptação a partir dos princípios discutidos na *International Conference on Cataloguing Principles*, ocorrida em 1961, em Paris;
- 1969, com o Código de Catalogação Anglo-Americano: tradução do AACR para o português, com adaptações das regras e inclusão de apêndices;
- 1971, com a edição preliminar da ISBD(M);
- 1974, com publicação da ISBD(M);

- 1975, com a tradução da ISBD(M) para o português: por iniciativa de Maria Luiza Monteiro da Cunha, e financiada pela FEBAB;
- 1978, com a publicação do AACR2: com as adaptações a partir da ISBD(M) à primeira edição do AACR;
- 1983, com a publicação do primeiro volume do AACR2 no Brasil;
- 1985, com a publicação do segundo volume do AACR2 no Brasil: teve um apêndice especial à edição brasileira, nomeado *Entradas para nomes de língua portuguesa*.

Apresentada a cronologia de fatos que marcaram o desenvolvimento de tratados e de códigos de catalogação, vamos nos concentrar nos códigos de catalogação anglo-americanos, amplamente adotados no Brasil.

## **4.2 Código de catalogação anglo-americano (AACR, AACR2 e AACR2r)**

Por sugestão de Melvil Dewey, em 1904, a *American Library Association* (ALA), nos Estados Unidos, e a *Library Association*, na Grã-Bretanha, concordaram em cooperar para a elaboração de um código anglo-americano. O resultado da cooperação culminou na publicação, em 1908, do primeiro código internacional de catalogação: *Catalog Rules, Author and Title Entries*, com edição britânica e americana.

Após separações causadas pela Segunda Guerra e a realização da *International Conference on Cataloguing Principles*, em 1961, foi publicada, em 1967, as *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR), ainda em edições em cada país, que contou com considerações sobre os Princípios de Paris e com as ideias de Seymour Lubetzky (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2009).

Quanto ao objetivo do AACR, Fusco (2011, p. 32) escreve que é o de servir de padrão para a catalogação “[...] no âmbito internacional servindo de base para o tratamento de informação por meio de um sistema de pontuação em que a catalogação pode ser feita pelo suporte físico da obra, através da forma escrita convencional ou legível por máquina.” Por ser produto de um encontro de ideias de vários teóricos e de catalogadores de diversas partes do mundo, o AACR busca ser um código que atende às necessidades desses profissionais.

Do *International Meeting of Cataloguing Experts*, realizado em Copenhague, em 1969, resultou a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD). Como consequência de sua publicação, o AACR passou por revisões para estar em conformidade com essa padronização internacional agora exigida.

Gorman e Oddy (1997) lembram que a segunda edição do código anglo-americano, reconhecida como AACR2, surgiu no início da década de 1970 e se configurava como a harmonização dos textos britânicos e americanos, com modificações fundamentais. Para Gorman e Oddy (1997), o AACR2 se baseou em princípios e determinou que [1] as descrições deveriam ser formuladas em conformidade com a ISBD; [2] os meios de comunicação deveriam ser tratados do mesmo modo; [3] as descrições deveriam basear-se no item bibliográfico; [4] os pontos de acesso deveriam ser derivados da natureza da obra que está sendo catalogada e não da natureza da entidade bibliográfica descrita.

Arquitetado como um código voltado à catalogação de materiais impressos em papel, o AACR2 passou por várias atualizações com a finalidade de melhorar seu desempenho e oferecer regras para registrar o maior número de mídias possível.

[...] anteriormente, o impresso era o meio dominante na comunicação registrada. Os formatos eram mais estáveis de se compreender e categorizar. Afinal, as pessoas eram também analógicas no uso dos recursos existentes.

Desta maneira, um vídeo ou um áudio (em cassete) tinham os suportes delineados e os catalogadores podiam descrevê-los sem dificuldades como conteúdos de algo real. Com a evolução tecnológica, surge uma nova variedade de mídias. (SILVA, 2008).

Em 1997, em Toronto, durante a realização de *International Conference on the Principles and Future Development of AACR*, Gorman e Oddy (1997), ao avaliarem as necessidades e cautelas para a revisão do AACR2, apontaram que dez questões deveriam ser ponderadas em relação à revisão do código, sem deixar de atender aos princípios em que ele se baseia:

1. desconsiderar as regras especiais, como os casos de obras religiosas e leis;
2. desbastar as excessivas regras descritivas de casos especiais;
3. definir regras para os itens “não publicados” (textos impressos e eletrônicos, vídeos, gravações de som etc.);
4. ter novos capítulos, ou capítulos revisados para às novas mídias;
5. rever as questões de acesso as novas mídias;
6. revisar a Parte 2, à luz dos conceitos de registros de autoridade;
7. estudar as questões de microformas;
8. revisar os exemplos e adicionar exemplos para as novas mídias;
9. consolidar, unificadamente, o MARC e o AACR2;
10. que a LC deixe de emitir exemplos que não tenham a finalidade de melhorar o acesso.

Com revisões em 1988, 1998 e em 2002, o AACR2 teve, também, adições em 1999 e 2001.

Coyle e Hillmann (2007) enfatizam que a publicação do AACR2 ocorreu às vésperas da grande mudança tecnológica: o computador e

a rede eletrônica, fato que evidencia que atualizações do AACR2 logo seriam requeridas.

### **4.3 International Standard Bibliographic Description (ISBD)**

Após a conferência que deu origem aos Princípios de Paris, o *Committee on Uniform Cataloguing Rules*, vinculado à *International Federation of Library Associations and Institutions*, ao considerar as suas atividades pós conferência, propôs a realização, em 1968, do *International Meeting of Cataloguing Experts*. Para dar ideia da importância desta reunião, a avaliação que Estivill Rius (2012) faz dos Princípios de Paris e da *International Meeting of Cataloguing Experts* é que os primeiros trataram dos objetivos e da estrutura dos catálogos, e que a reunião tratou dos acordos para normalizar o bloco descritivo do registro.

Segundo a *International Federation of Library Associations and Institutions* (1970), outros fatores também foram ponderados para a realização da reunião, dentre eles [1] a revisão de códigos de catalogação influenciados pelos Princípios de Paris; [2] o estabelecimento de um padrão internacional de descrição, que levou ao estudo comparativo das práticas de catalogação e bibliografia, desenvolvido por Michael Gorman, sob um contrato da UNESCO; [3] o programa de catalogação compartilhada da *Library of Congress*, e; [4] o crescente processo de automação dos serviços de bibliotecas.

A reunião contou com 38 participantes de 32 países<sup>16</sup>, o que acarretou em modificações expressivas na catalogação e, conseqüentemente, nos códigos.

A agenda da Reunião deveria contemplar as seguintes pautas (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1970): [1] revisar o progresso na aplicação da Declaração de Princípios e aprovar um texto definitivo para a edição anotada dos

Princípios; [2] estabelecer princípios para o conteúdo descritivo das entradas do catálogo; [3] examinar os Programas de Catalogação e a possibilidade de estendê-lo internacionalmente; [4] considerar o uso do computador no registro e na troca de informações bibliográficas; e [5] ponderar o impacto da mecanização nos catálogos e códigos de catalogação.

No decorrer da Reunião, evidenciou-se que, apesar do avanço das discussões sobre o padrão de descrição bibliográfica, o tempo disponível não permitiria o detalhamento do padrão. Sendo, assim, foi formado um grupo para a que fosse composto um padrão de descrição bibliográfica, bem como a forma e a ordem de seus componentes (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1970).

A Reunião abordou ainda questões referentes à catalogação compartilhada, baseada em atividades realizadas pelas bibliotecas norte-americanas, e que objetivava a economia de tempo e dinheiro, além da busca pela padronização internacional. Houve acordo quanto ao fato de que a proposta da catalogação compartilhada causava variações nas descrições, mas que tais variações eram aceitas; destacou-se, porém, que uma uniformidade maior deveria ser almejada, uma vez que essas variações levariam a incertezas na identificação da informação (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1970). Isso, porém, só teria condições de acontecer se houvesse padronização da forma e do conteúdo da descrição bibliográfica.

É nesse contexto de discussões sobre a catalogação compartilhada e a automatização dos serviços de bibliotecas que nasce a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), cujo objetivo era o de servir como um padrão voltado ao Controle Bibliográfico Universal, ou seja, tornar disponível, de modo internacionalmente aceito, os dados bibliográficos básicos de todos os recursos publicados em todos os países.

Com o principal objetivo de fornecer consistência ao compartilhar informações bibliográficas, a ISBD é o padrão que determina os

elementos de dados a serem gravados ou transcritos em uma sequência específica como base da descrição do recurso que está sendo catalogado e, para isso, faz uso de pontuação prescrita como um meio de reconhecer e exibir elementos de dados e torná-los compreensíveis independentemente da linguagem da descrição (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2011). Para Spaulding (1973), ao fazer uso da pontuação prescrita, a ISBD oferece meios para que elementos bibliográficos sejam identificados, independente da linguagem utilizada, tanto por humanos quanto por máquinas.

Segundo a International Federation of Library Associations and Institutions (2011), os trabalhos sobre a ISBD foram sendo pautados pelos princípios:

- de fornecer determinações consistentes para a descrição de todos os tipos de recursos publicados;
- de fornecer determinações para a catalogação descritiva compatível em todo o mundo;
- de atender diferentes níveis de descrição;
- de especificar os elementos descritivos necessários para identificação e seleção de um recurso;
- de manter o foco no conjunto de dados bibliográficos;
- de considerar as práticas sobre o custo efetivo das determinações para a descrição dos recursos.

A primeira edição da ISBD, voltada para publicações monográficas, identificada como ISBD(M), foi publicada em 1971. Comentários de usuários da ISBD(M) levaram à decisão de produzir um texto revisado, publicado em 1974 como a “Primeira edição padrão”. Também foi neste ano que foi publicada a ISBD(S), para publicações seriadas. Diante da proposição de que um padrão geral para todos os tipos de materiais daria melhores resultados, feita pelo *Joint Steering*

*Committee for Revision of the Anglo-American Cataloguing Rules* para o *IFLA Committee on Cataloguing*, em 1975, a ISBD(M) foi revisada e, assim, a ISBD(G), foi publicada somente em 1978. Em 1977 houve a publicação da ISBD(CM), para materiais cartográficos, da ISBD(NBM), para materiais não-livros, e a revisão da ISBD(S). Em 1980, vieram a ISBD(A), para publicações monográficas antigas, e a ISBD(PM), para música impressa.

Na *IFLA Conference*, realizada em 2003, em Berlim, o *ISBD Review Group* decidiu formar o *Study Group on Future Directions of the ISBDs* que, em suas reuniões decidiu que a consolidação de todas as ISBDs era viável. Também foi neste ano que, por conta das mudanças na natureza dos recursos e do desenvolvimento tecnológico que impactou o acesso aos recursos informacionais, o *ISBD Review Group* nomeou um grupo para o estudo das designações de materiais gerais e específicos, intitulado de *Material Designations Study Group*.

Na reunião do *IFLA Conference*, em 2007, em Durban, a edição preliminar consolidada da ISBD havia sido publicada e o *Material Designations Study Group* havia elaborado uma proposta de conteúdo para ser discutida pelo *ISBD Review Group*. Após novas revisões e um período de revisão mundial, uma nova Área 0, chamada *Content Form and Media Type Area*, foi aprovada em 2009.

Algumas outras mudanças que se destacam na edição atual são:

- o texto foi editado para evitar redundância e conseguir mais harmonização;
- os níveis de elementos obrigatórios, opcionais e condicionais foram simplificados para indicar apenas quando um elemento é obrigatório;
- a base da descrição, que constitui o objeto da descrição bibliográfica, foi esclarecida;
- mais atenção foi dada aos recursos monográficos multipartes;

- as fontes de informação foram revisadas para consistência terminológica e aplicação;
- mais consideração foi dada aos requisitos de escritas não-romanos;
- foram removidas as estipulações para a descrição de recursos monográficos mais antigos que não correspondiam à ISBD;
- foi esclarecido que os qualificadores são diferentes dos elementos;
- a área 5 foi renomeada de modo a permitir que os recursos impressos sejam descritos de forma consistente com outros materiais;
- o nome da área 6 foi expandido; e,
- novas definições foram incluídas no glossário.

Apesar das mudanças introduzidas pelos projetos de revisão, resumidas acima, a estrutura essencial e os componentes de dados da ISBD têm se mostrado relativamente estáveis ao longo dos anos e continuam a ser amplamente utilizados na íntegra ou parcialmente pelos criadores de códigos de catalogação e esquemas de metadados.

A ISBD é, notadamente, um dos principais marcos na história da catalogação mundial e umas das mais importantes contribuições para a padronização de descrição bibliográfica, tanto que Gorman ([2007]) a considera o padrão de catalogação internacional mais bem-sucedido de todos os tempos.

## 5 OS MODELOS CONCEITUAIS DO UNIVERSO BIBLIOGRÁFICO

Diante do contexto de necessidades teóricas da catalogação surgem os modelos conceituais propostos pela *International Federation of Library Associations and Institutions*, que trouxeram para a área amplas discussões e impacto nas práticas, padrões e teorias da catalogação.

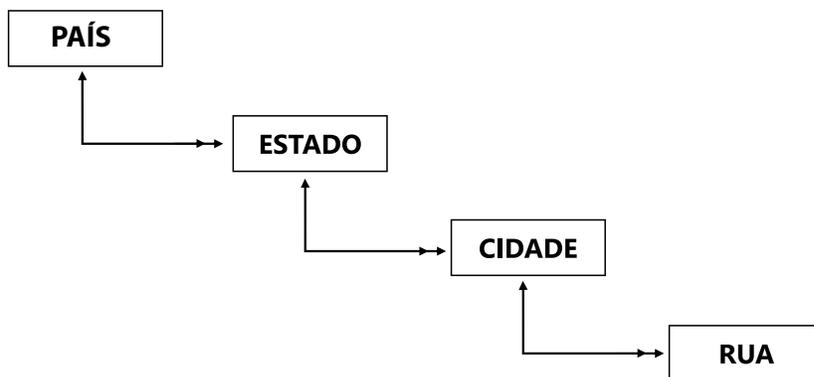
Segundo Chen (1990), modelo conceitual (expressão que vem da Ciência da Computação) refere-se a um método adotado para a definição do projeto lógico de um banco de dados. Neste modelo busca-se fazer, por meio de diagramas, uma representação do mundo real, independente das formas de armazenamento dos dados e da eficiência do banco de dados. Por ser concebido a partir das funcionalidades dos dados, as definições do modelo conceitual são feitas com base nas relações entre as entidades (a “coisa” distintamente identificada) por meio de seus atributos (qualificadores).

No delineamento dos modelos conceituais assume-se que as abstrações do mundo real e sua semelhança com a realidade são de ordem conceitual e não física (COYLE, 2016). Poulter (2013) apresenta entidade como uma coisa capaz de existir de forma independente, que pode ser identificada de forma exclusiva.

Além das entidades e dos atributos, os modelos conceituais apresentam as relações estabelecidas entre as entidades; essa composição de entidades, atributos e relacionamentos é o que demarca um modelo conceitual.

O Esquema 1 é apresentado para ilustrar como os relacionamentos são ligados às entidades. As setas que ligam as entidades marcam as relações: pontas duplas de setas ilustram, por exemplo, uma relação para muitos; as pontas únicas de setas indicam que a relação é unívoca.

**Esquema 1** – Relacionamentos entre entidades



Fonte: Adaptação de Chen (1990).

Nesse esquema notam-se quatro entidades: país, estado, cidade e rua. O relacionamento entre elas pode ser explicado do seguinte modo: um País pode ter vários estados (seta dupla chegando na entidade Estado); mas um Estado está vinculado a somente um País (seta simples chegando na entidade País); o mesmo ocorre com as outras entidades.

Os modelos conceituais no universo bibliográfico foram propostos para servir de orientação à catalogação e colocam-se como posições teóricas no sentido de orientar a construção de padrões, normas, códigos que direcionam os registros bibliográficos usando de uniformidade, a despeito das diferenças culturais, linguísticas, tipos de conteúdo e sobre os seus suportes informacionais.

De acordo com Frederick (2017), diante das amplas discussões na comunidade de catalogação, passou-se a acreditar que um modelo teórico de informação bibliográfica precisava ser criado e usado pelos catalogadores no lugar das regras tradicionais. Os debates dessa

natureza levaram a comunidade bibliotecária a refletir teoricamente sobre os motivos pelos quais as regras são necessárias e amplamente adotadas na prática.

Os modelos conceituais usados no domínio biblioteconômico, reconhecidos como família FR, são modelos abstratos. Joudrey, Taylor e Miller (2015) definem os FRs como um arcabouço teórico básico para a compreensão dos componentes do universo bibliográfico. Essa exposição reforça que a família FR foi estabelecida com a finalidade de orientar a construção de padrões, e não de tornarem-se padrões de catalogação em si mesmos.

Para Coyle (2016) até o surgimento do *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), as descrições bibliográficas eram feitas de forma muito restrita, limitando-as às características materiais/físicas, ou às características que eram mais visíveis ou facilmente identificáveis, não dando a atenção necessária aos conteúdos que os suportes informacionais carregam. Desse modo, a contribuição que a abordagem dos modelos conceituais traz pressupõe uma redefinição da descrição bibliográfica de um grupo fixo e imóvel de dados para um conjunto de unidades de informação inter-relacionadas que podem ser vistas sob diferentes pontos de vista.

Pelo fato de os modelos conceituais voltarem-se à compreensão sobre as funções de um registro bibliográfico, vamos olhar com mais detalhe os requisitos funcionais propostos pela IFLA: *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD).

## 5.1 Functional Requirements for Bibliographic Records – FRBR

Resultado de um exame sobre as funções que os registros bibliográficos devem exercer nos processos de busca e recuperação realizados pelos usuários é que foi publicado em 1998, como relatório final de um estudo desenvolvido pelo *Standing Committee on Cataloging* da IFLA, o documento *Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report* (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1998).

Na introdução deste relatório final fica evidente a principal razão que motivou a sua construção: o crescimento da catalogação cooperativa ou compartilhada, que se tornou uma necessidade que começou a contar com a força dos avanços tecnológicos que deram impulso à catalogação compartilhada, além de contribuir para o controle bibliográfico. A própria demanda causada pelos avanços tecnológicos trouxe fatores que também influenciaram o exame da catalogação prática e teórica em âmbito internacional, feito pela IFLA, o que resultou na publicação do FRBR.

Um ponto decisivo para a elaboração do FRBR foi a questão dos custos com a catalogação que seria resolvida com a redução de duplicatas de catalogação. A intenção da IFLA era a de propor um modelo que simplificasse a elaboração de códigos de catalogação, o que atinge, conseqüentemente, o processo catalográfico, e que contasse com as transformações acarretadas pela constante inovação nas tecnologias. Buscava-se, assim, acomodar mudanças que trouxeram consigo novas formas de publicações eletrônicas e os adventos de acesso a recursos informacionais em rede. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1998).

Dois objetivos propostos no FRBR estabeleceram a estrutura do modelo: o primeiro, que indica a necessidade de relacionar dados bibliográficos às necessidades do usuários, e o segundo, que

aconselha considerar as relações de atributos e entidades dos modelos conceituais com as tarefas dos usuários (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1998). Os dois objetivos estão inter-relacionados pois, enquanto o primeiro propõe identificar as entidades, analisar os atributos que se associam a cada uma das entidades, estabelecer as relações e determinar os atributos e as relações que se associam a cada entidade, bem como relacioná-los às tarefas dos usuários, o segundo recomenda um nível básico para o registro bibliográfico, sem deixar de considerar as relações dos atributos e entidades com as tarefas do usuário.

No relatório final do FRBR são definidos três grupos de entidades e a forma de relacionamento entre eles: 1) para ilustrar produtos do trabalho intelectual ou artístico; 2) para indicar a responsabilidade pelos produtos do grupo 1, quer sejam desenvolvidos ou criados ou produzidos ou disseminados ou custodiados; e 3) para indicar os assuntos das obras do grupo 1.

Desse modo, é possível compreender que produtos intelectuais ou artísticos, referenciados no Grupo 1, são identificados no relatório da International Federation of Library Associations and Institutions (1998), pelas entidades:

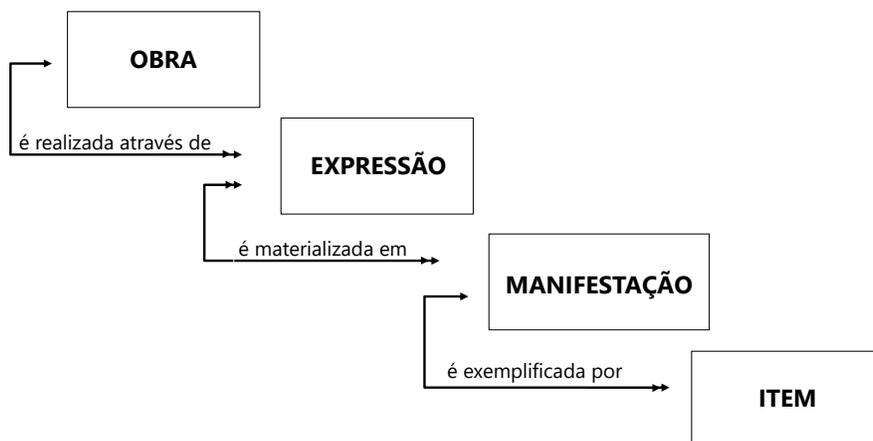
- *Obra*: uma distinta criação intelectual ou artística; entidade abstrata; não há um único objeto que possa ser apontado como obra; a obra é reconhecida por meio de realizações individuais ou expressões da obra;
- *Expressão*: realização intelectual ou artística de uma *obra* na forma de notação alfa-numérica, musical ou coreográfica, som, imagem, objeto, movimento, etc., ou qualquer combinação de tais formas; é a forma intelectual ou artística específica que uma obra leva cada vez que é “realizada”;
- *Manifestação*: personificação física de uma *expressão* de *obra*; corporificação; abrange uma ampla gama de materiais,

incluindo manuscritos, livros, periódicos, mapas, pôsteres, gravações de som, filmes, gravações de vídeo, CD-ROMs, kits multimídia etc.; representa todos os objetos físicos que possuem as mesmas características, tanto no que diz respeito ao conteúdo intelectual quanto à forma física;

- *Item*: um único exemplar de uma *manifestação*; é uma entidade concreta; em muitos casos, é um único objeto físico, mas há casos em que compreende mais de um objeto físico.

O Esquema 2 ilustra a relação entre as entidades do Grupo 1 dos FRBR.

**Esquema 2** – Relacionamento entre entidades do Grupo 1 do FRBR



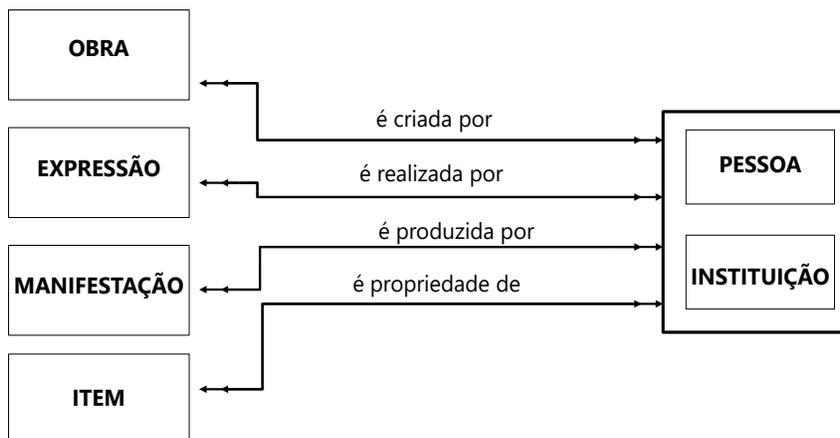
Fonte: Adaptação de International Federation of Library Associations and Institutions (1998).

Fazem parte do Grupo 2 do FRBR, conforme indicação da International Federation of Library Associations and Institutions (1998), as seguintes entidades que indicam a responsabilidade pelo desenvolvimento, criação, produção, disseminação ou custódia dos produtos das entidades do Grupo 1:

- *Pessoa*: um indivíduo; pessoas falecidas e vivas que estão envolvidas na criação ou realização de uma *obra* (por exemplo, como autores, compositores, artistas, editores, tradutores, diretores, intérpretes, etc.), ou são objeto de uma *obra* (por exemplo, como tema de uma obra biográfica ou autobiográfica, história etc.);
- *Instituição*<sup>17</sup>: uma organização ou grupo de indivíduos e/ou organizações, em atividade ou extintos, atuando como unidade, identificados por um nome específico, incluindo grupos ocasionais e grupos que são constituídos como reuniões, conferências, congressos, expedições, exposições, festivais, feiras etc.; também engloba organizações que atuam como autoridades territoriais, exercendo funções governamentais em um determinado território, como uma federação, um estado, uma região, um município local etc.;

O Esquema 3 mostra o relacionamento entre as entidades do Grupo 2 com o Grupo 1 do FRBR.

**Esquema 3** – Relacionamentos entre as entidades do Grupo 1 e do Grupo 2 do FRBR



Fonte: Adaptação de International Federation of Library Associations and Institutions (1998).

O Grupo 3 do FRBR foi definido pela International Federation of Library Associations and Institutions (1998) com as entidades que podem ser assuntos das obras:

- *Conceito*: uma noção ou ideia abstrata; abrange uma ampla gama de abstrações que podem ser objeto de uma *obra*: campos de conhecimento, disciplinas, escolas de pensamento (filosofias, religiões, ideologias políticas etc.), teorias, processos, técnicas, práticas etc.; pode ser de natureza ampla ou estritamente definido e preciso;
- *Objeto*: uma coisa material; abrange uma ampla gama de coisas materiais que podem ser objeto de uma *obra*: objetos animados e inanimados que ocorrem na natureza; objetos fixos, móveis e imóveis que são o produto da criação humana; objetos que não existem mais;
- *Evento*<sup>18</sup>: uma ação ou ocorrência; abrange uma ampla gama de ações e ocorrências que podem ser objeto de uma *obra*: eventos históricos, épocas, períodos de tempo etc.;
- *Lugar*: um local; abrange uma ampla gama de locais: terrestre e extra-terrestre; histórico e contemporâneo; características geográficas e jurisdições geopolíticas.

O FRBR lista todas as entidades no Grupo 3, ao permitir que cada uma delas seja, também, assunto de *obras*, conforme ilustra o Esquema 4.

Esquema 4 – Relacionamentos de assunto da entidade Obra



Fonte: Adaptação de International Federation of Library Associations and Institutions (1998).

As entidades em modelo entidade-relacionamento são compostas por atributos, características particulares de cada entidade.

Com foco nas necessidades dos usuários, entendidos como o usuário final e o catalogador, o FRBR propõe o relacionamento dos valores dos atributos das entidades de modo que estes dados auxiliem, eficientemente, a recuperação e o acesso aos suportes informacionais por parte dos usuários. Com esse objetivo, o FRBR define quais são os elementos de dados que correspondem às necessidades dos usuários e propõe que esses dados sejam estratégicos para a recuperação.

Santos e Corrêa (2009, p. 31-32), ao descreverem o FRBR, acentuam que “[...] o documento estabelece conceitos novos incluindo metadados [...], que, futuramente, darão origem ao novo Código Internacional de Catalogação, cujo objetivo principal será a satisfação do usuário.” Essa afirmação ratifica o objetivo de o catálogo ser composto por registros que buscam servir de auxílio aos usuários, tanto o usuário final como o catalogador.<sup>19</sup>

Segundo International Federation of Library Associations and Institutions (1998, p. 82, tradução nossa), o FRBR aponta quatro tarefas básicas a serem desenvolvidas pelos usuários na busca por informação:

- encontrar entidades que correspondam aos critérios de busca formulados pelo usuário (isto é, localizar tanto uma única entidade quanto um conjunto de entidades em um catálogo ou base de dados como resultado de uma pesquisa que empregue um atributo ou um relacionamento da entidade);
- identificar uma entidade (isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);
- selecionar uma entidade que seja apropriada às necessidades do usuário (isto é, escolher uma entidade que atenda aos requisitos do usuário no que se refere ao conteúdo, formato físico etc., ou recusar uma entidade que seja inadequada para as necessidades do usuário);
- adquirir ou obter acesso à entidade descrita (isto é, adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo etc., ou acessar eletronicamente uma entidade por meio de uma conexão online com um computador remoto).

Estas quatro tarefas formam o ponto de partida usado pelo FRBR com o objetivo de tornar as informações recuperáveis de forma simplificada e objetiva, uma vez que proporciona aos usuários satisfação em suas buscas. No entanto, Denton (2007) esclarece que, na verdade, essas tarefas são descendentes dos objetivos de Cutter: por exemplo, o objetivo 'encontrar um livro do qual o 4 seja conhecido' tornou-se 'encontrar todas as manifestações que englobam as obras que determinada pessoa física ou jurídica é responsável' e 'encontrar uma manifestação particular quando o nome de pessoa ou instituição for conhecido'.

Denton (2007) enfatiza que apesar da forte ligação das tarefas do usuário com os objetivos de Cutter, no FRBR, não há limitação do usuário, visto que prevê busca por qualquer um dos atributos de qualquer uma das entidades.

No âmbito da catalogação, o FRBR exercem importante papel. A partir de sua publicação, em 1998, outros documentos basilares da catalogação mundial passaram por alterações com o objetivo de adequarem-se aos conceitos e às terminologias instituídas pelo FRBR. A ISBD e os *International Cataloguing Principles* são exemplos de documentos que fundamentam o fazer da catalogação e que foram revisados e amoldados à partir da proposta do FRBR. Para Maxwell (2008), o FRBR tem a função de ajudar a desvendar a explosão de informações que é característica do final do século XX e início do século XXI. O FRBR trouxe relevantes contribuições às práticas e às teorias dos registros bibliográficos.

## 5.2 Functional Requirements for Authority Data (FRAD)

Resultado do estudo desenvolvido pelo *Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records* (FRANAR), criado em 1999 pela IFLA *Division of Bibliographic Control* e pelo IFLA *Universal Bibliographic Control and International MARC Programme* (UBCIM)<sup>20</sup>, o FRAD configura-se como uma extensão do FRBR, com ênfase nas entidades do grupo 2, que tem responsabilidade sobre os produtos intelectuais ou artísticos.

Publicado em 2009, com emendas e correções ocorridas em 2013, o FRAD tem ênfase nos dados de autoridade e apresenta, além das entidades *pessoa* e *instituição*, presentes no FRBR, a entidade *família*. Assim como o FRBR, o FRAD apresenta entidades, atributos, relações e tarefas de usuários voltados aos dados de autoridade, e, inclusive, repetem algumas das entidades presentes no FRBR.

As entidades e os atributos apresentados no FRAD contribuem para o estabelecimento da padronização dos dados de autoridade que, no próprio documento (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009b), são definidos como um conjunto de informações sobre uma *pessoa*, uma *família*, uma *instituição* ou uma *obra* cujo nome é usado como a base para um ponto de acesso controlado para registros em um catálogo de biblioteca ou em uma base de dados bibliográficos.

Os registros de autoridade, por sua vez, destinam-se a atender às tarefas executadas pelos usuários para recuperar informações. Na prática, um registro de autoridade contém o ponto de acesso autorizado para a entidade (estabelecido pela agência de catalogação) e, também, os pontos de acesso para as formas variantes do nome e sua relação com os pontos de acesso autorizados. Também faz parte de um registro de autoridade as informações que identificam as regras sob as quais os pontos de acesso controlados foram estabelecidos, as fontes consultadas, a agência de catalogação responsável por estabelecer o ponto de acesso controlado etc. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009b).

Desse modo, os dados de autoridade são definidos pela agência catalogadora para que subsidiem a construção dos registros de autoridade, usados, por sua vez, pelos usuários ao acessarem os catálogos. Ocorre que estes usuários vão além daqueles que são atendidos diretamente pela unidade de informação, visto que os FRAD foram propostos com o objetivo de suportar o controle de autoridade e o compartilhamento internacional de dados de autoridade. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009b).

Conforme o International Federation of Library Associations and Institutions (2009b), os FRAD considera as seguintes entidades: *pessoa*, *família* e *instituição*; *obra*, *expressão*, *manifestação* e *item*; *conceito*, *objeto*,

*evento e lugar; nome e identificador; ponto de acesso controlado; regras; agência.*

As entidades tiveram suas definições, em grande parte, derivadas do FRBR, mas também foram definidas com base em *Guidelines for Authority Records and References* (GARR).

As definições das entidades *expressão, manifestação, item, conceito, objeto, evento e lugar*, mantiveram-se conforme apresentadas no FRBR.

Outras, indicadas abaixo, tiveram suas definições atualizadas:

- *Obra*<sup>21</sup>: uma criação intelectual ou artística distinta (ou seja, o conteúdo intelectual ou artístico);
- *Pessoa*: um indivíduo ou uma *persona* ou uma identidade estabelecida ou adotada por um indivíduo ou grupo;
- *Instituição*: uma organização ou grupo de pessoas e/ou organizações identificadas por um nome específico, agindo como uma unidade.

Dentre as entidades que compõem o FRAD, são novas:

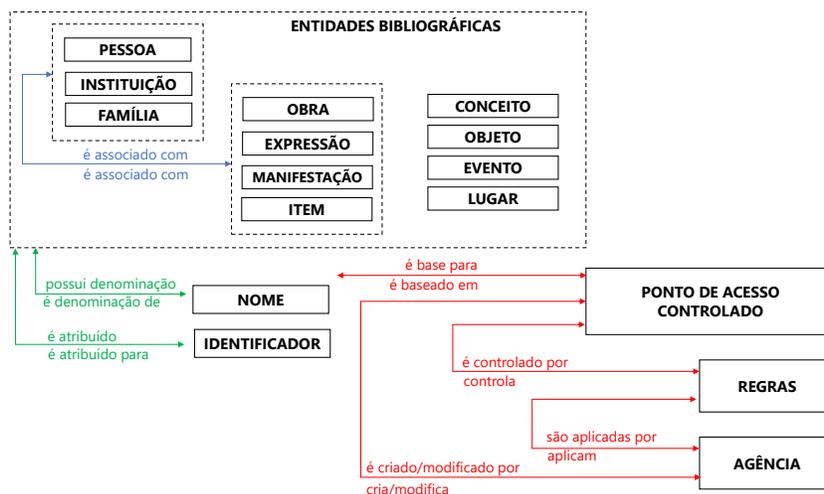
- *Agências*: instituição responsável pela criação ou modificação de um ponto de acesso controlado; responsável pela aplicação e interpretação das regras que cria e/ou usa; também pode ser responsável pela criação e manutenção dos identificadores dentro de seu domínio;
- *Família*: duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, casamento, adoção, união civil (ou situação similar), ou quem se apresenta como uma família;
- *Identificador*: um número, código, palavra, frase, logotipo, dispositivo etc., associado a uma entidade, que serve para diferenciá-la de outras entidades dentro do domínio em que o identificador é atribuído; pode consistir de uma sequência de identificadores e um prefixo e/ou sufixo;

- *Nome*: um personagem, uma palavra ou um grupo de palavras e/ou caracteres pelos quais uma entidade é reconhecida;
- *Ponto de acesso controlado*: um nome, termo, código etc., sob o qual um registro bibliográfico ou de autoridade ou uma referência será encontrado;
- *Regras*: um conjunto de instruções para a formulação e/ou registro de pontos de acesso controlado (formas autorizadas, formas variantes ou referências, etc.).

Assim como no FRBR, o FRAD objetiva relacionar os atributos das entidades para facilitar a recuperação da informação pelos usuários, além de servir de referencial tanto para catalogadores quanto para o desenvolvimento de novos padrões e códigos de catalogação.

O Esquema 5 apresenta o modelo conceitual para dados de autoridade. Para tanto, considera as entidades do grupo 1 (definidas no FRBR) e sua relação com as entidades do grupo 2 (propostas no FRAD).

**Esquema 5** – Modelo conceitual para dados de autoridade



Fonte: Adaptação de International Federation of Library Associations and Institutions (2009b).

A análise do Esquema 5 permite identificar diversas relações entre as entidades. As linhas e setas marcadas com cor verde representam as relações entre as entidades *nome* e *identificador* e as entidades bibliográficas com as quais estão associadas. Uma instância específica de qualquer uma dessas entidades bibliográficas pode ser conhecida por um ou mais *nomes* ("possui denominação"), e por outro lado qualquer *nome* pode estar associado a uma ou mais instâncias específicas de qualquer uma das entidades bibliográficas ("é denominação de"). O mesmo ocorre com a entidade *identificador*, com os relacionamentos "é atribuído" e "é atribuído para", que também estão com destaque em verde.

Nota-se, com destaque em azul, a relação de associação entre as entidades *obra*, *expressão*, *manifestação* e *item* com as entidades *pessoa*, *família* e *instituição*.

As relações retratadas na parte inferior do esquema, com destaque em vermelho, representam as associações entre as entidades *nome* e *identificador* e a entidade *ponto de acesso controlado*, e a

associação entre essa entidade e as entidades *regras* e *agências*. Um *nome* ou *identificador* específico pode ser a base para um *ponto de acesso controlado* ("é base para") e, por outro lado, um *ponto de acesso controlado* pode ser baseado em um *nome* ou *identificador* ("é baseado em").

Os *pontos de acesso controlados* são regidos por *regras* ("é controlado por/controla") que, por sua vez, são aplicadas por uma *agências* ou mais ("são aplicadas por/aplicam"). Da mesma forma, *pontos de acesso controlados* são criados ou modificados por uma *agência* ou mais ("é criado por/cria" e "é modificado por/modifica").

De acordo com International Federation of Library Associations and Institutions (2009b, p. 46, tradução nossa) as tarefas dos usuários, nos FRAD, são assim divididas e conceituadas:

- Encontrar: encontrar uma entidade ou um conjunto de entidades correspondentes aos critérios (ou seja, encontrar uma única entidade ou um conjunto de entidades usando, como critérios de pesquisa, um dos seus atributos ou combinações de atributos ou relacionamentos da referida entidade); ou explorar o universo das entidades bibliográficas usando esses atributos e relacionamentos;
- Identificar: identificar uma entidade (ou seja, confirmar que a entidade representada corresponde à entidade procurada, distinguir entre duas ou mais entidades que tenham características semelhantes) ou validar a forma do nome a ser usado como um ponto de acesso controlado;
- Contextualizar: localizar uma pessoa, instituição, obra, etc., em seu contexto; esclarecer o relacionamento entre duas ou mais pessoas, instituições, obras, etc.; esclarecer a relação entre uma pessoa, instituição, etc., e um nome pelo qual essa pessoa, instituição, etc., é conhecida (por exemplo, um nome usado em religião e um nome secular);

- Justificar: documentar o motivo pelo qual o criador dos dados de autoridade escolheu o nome ou a forma do nome no qual um ponto de acesso controlado se baseia.

As tarefas contextualizar e justificar são apresentadas especificamente para os dados de autoridade e visam não apenas dar a conhecer um determinado dado de autoridade, mas, também, justificar o motivo pelo qual determinado ponto de acesso foi escolhido.

### **5.3 Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**

Como o FRAD, que se configura como extensão das entidades do grupo 2 do FRBR, o FRSAD é um aprofundamento das entidades do grupo 3, que trata dos assuntos das *obras*. Apesar de o FRANAR *Working Group* ter incluído alguns aspectos de assunto em seu estudo, a análise não foi aprofundada, fato que levou à formação, em 2005, do *IFLA Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRSAR) para que fossem estudados os dados de autoridade de assunto. O relatório, chamado de FRSAD, teve publicação preliminar em 2009 que, após revisão mundial, teve seu relatório final publicado em 2010.

Os FRSAD ressalta que o objetivo do controle de autoridade “[...] é garantir consistência na representação de um valor – um nome de uma pessoa, um nome de local ou um termo ou código que representa um assunto – nos elementos usados como pontos de acesso na recuperação de informações.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2010, p. 8). Assim, uma *obra* pode ser encontrada não somente pelo assunto em si, mas, também pelos termos relacionados a ele, uma vez que os termos variantes levam ao termo autorizado.<sup>22</sup>

Voltado às necessidades do usuário, tal qual ocorreu no FRBR e no FRAD, o principal objetivo do FRSAD é produzir uma estrutura que forneça uma afirmação clara e uma compreensão comumente compartilhada sobre as informações que os dados, registros e arquivos visam fornecer, bem como a expectativa do que esses dados devem alcançar em termos de resposta às necessidades dos usuários (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2010). É com base nesta proposta que o FRSAD mantém foco nos usuários para que tenham supridas suas necessidades de acesso e uso da informação.

As entidades propostas no FRSAD não estão previstas nos modelos conceituais anteriores. Os termos *Thema* e *Nomen*, adotados para nomear as entidades, foram escolhidos por não terem um significado pré-existente no contexto biblioteconômico, por serem culturalmente neutros e nem requerem tradução. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2010). O relatório do FRSAD define estas entidades como:

- *Thema*: qualquer entidade utilizada como assunto de uma obra;
- *Nomen*: qualquer sinal, ou sequência de sinais, pelo qual um *Thema* é conhecido ou referido.

O Esquema 6 representa a relação entre as entidades do FRSAD, no qual fica evidente que uma obra pode ter vários *thema*, assim como um *thema* pode remeter a várias obras; do mesmo modo, um *nomen* pode ser a denominação de vários *thema*, e um *thema* ser denominado de vários *nomen*.

Esquema 6 – Modelo conceitual FRSAD



Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2010, p. 15, tradução nossa).

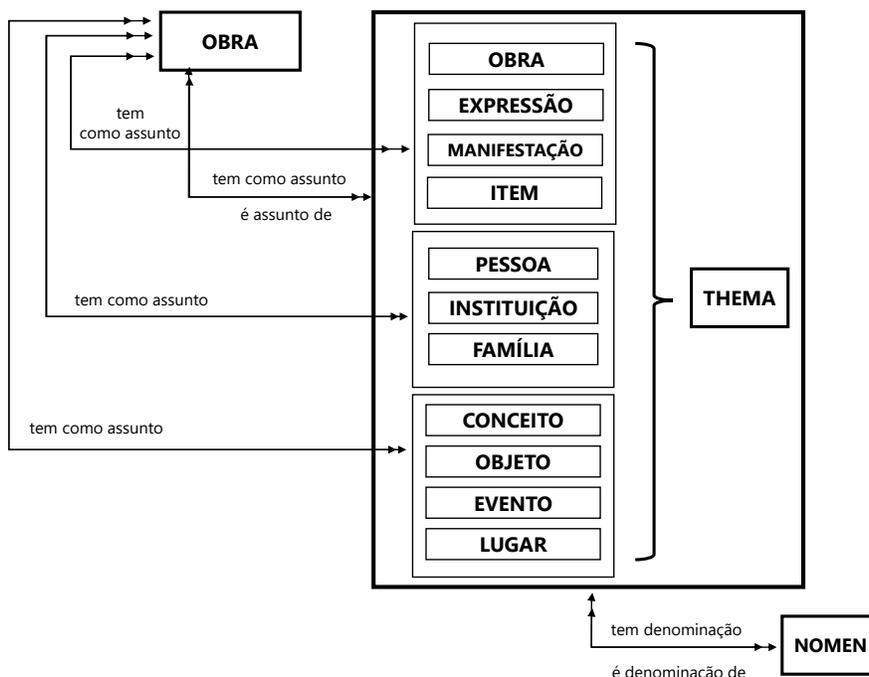
De modo semelhante ao que ocorre com o FRBR e o FRAD, o FRSAD contou, para finalidades de estudo, com a definição de tarefas que o usuário executa para descobrir um recurso informacional. A tarefa “explorar” é novidadeira em relação àquelas apresentadas no FRBR e no FRAD:

- Encontrar um ou mais assuntos e / ou suas denominações, que correspondem aos critérios declarados pelo usuário, usando atributos e relacionamentos;
- Identificar um assunto e / ou sua denominação com base em seus atributos ou relacionamentos (ou seja, distinguir entre dois ou mais assuntos ou denominações com características semelhantes e confirmar que o assunto ou denominação apropriado foi encontrado);
- Selecionar um assunto e / ou sua denominação apropriada às necessidades do usuário (ou seja, para escolher ou rejeitar com base nos requisitos e necessidades do usuário);
- Explorar relacionamentos entre assuntos e / ou suas denominações (por exemplo, para explorar relacionamentos, para entender a estrutura de um domínio de assunto e sua terminologia) (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2010, p. 9, tradução nossa).

Com a tarefa “explorar” é possível ao usuário ampliar as relações no processo de recuperação de *obras* catalogadas sob determinado assunto; essa tarefa permite que sejam descobertas outras relações existentes com o assunto pesquisado.

O Esquema 7 mostra as relações de assunto entre as entidades e demonstra que qualquer entidade pode ser assunto de uma *obra*.

Esquema 7 - Entidades e relacionamentos do FR5AD



Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2010, p. 15, tradução nossa).

Neste esquema é possível visualizar que se configuram como *Thema* as dez entidades previstas no FRBR (com o acréscimo da entidade *família*, definida no FRAD), e não somente aquelas indicadas no FRBR como entidades do grupo 3 (*conceito, objeto, evento e lugar*).

Tendo sido discutidos cada um dos modelos conceituais propostos pela IFLA sobre como os dados bibliográficos e de autoridade se relacionam em um registro bibliográfico, e, em específico, como foram

definidas as tarefas do usuário, o Quadro 2 apresenta um cenário geral das tarefas do usuário, previstas nos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD, e que já foram discutidas.

**Quadro 2** – Tarefas dos usuários nos modelos conceituais da IFLA

<b>FRBR</b>	<b>FRAD</b>	<b>FRSAD</b>
encontrar	encontrar	encontrar
identificar	identificar	identificar
selecionar	contextualizar	selecionar
obter	justificar	explorar

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma vez apresentados os modelos conceituais que compõem a proposta da IFLA para as relações entre os registros bibliográficos, o capítulo seguinte é voltado para apresentação e discussão sobre um novo padrão de catalogação, proposto com base nos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD, que vimos neste capítulo.

## 6 UM NOVO CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO

O que impulsionou a criação de um novo código, visto que o AACR2r estava sendo atualizado? Weiss e Larkin (2006) consideraram quatro forças motrizes para a tomada de decisão quanto à criação de um novo código de catalogação: [1] a realização da *International Conference on the Principles and Future Development of AACR*, em Toronto, Canadá, em 1997; [2] a publicação do *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), em 1998; [3] o Plano estratégico para o AACR; e [4] a realização do *IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code*, com edições anuais no período de 2003 a 2007, ocorridas em diferentes continentes.

A *International Conference on the Principles and Future Development of AACR*, ocorreu de 23 a 25 de outubro de 1997, na *Faculty of Information Studies, University of Toronto*, em Toronto, no Canadá, e contou com participantes de Austrália, Canadá, Reino Unido, Alemanha, Rússia, Suécia, África do Sul, Irã e Dinamarca. Segundo Tillett (1998), esta Conferência avaliou os princípios e as regras de catalogação à luz da descrição e do acesso aos recursos informacionais dentro da estrutura dos catálogos de bibliotecas.

As discussões neste evento buscaram apresentar, historicamente, o AACR e analisar seus princípios à luz das tecnologias que transformaram as formas de apresentação das informações em um catálogo. Também foram colocadas em pauta as influências da tecnologia na construção de catálogos e a permanência da validade dos princípios de catalogação para o ambiente online. Debateu-se, ainda, a efetividade dos pontos de acesso em um catálogo, que deixou de ser físico, e, em um contexto marcado pela transferência do catálogo em fichas para o computador, analisou-se como o MARC poderia ser usado para além de uma apresentação prática do AACR, o que exigiu um olhar computacional.

As relações bibliográficas também foram abordadas no encontro, e destacou-se a necessidade de que tais relações deveriam estar presentes nos princípios de códigos de catalogação. A função

do registro bibliográfico, de apresentar atributos físicos e intelectuais ou artísticos de uma obra, foi analisada sob a ótica do conteúdo e do suporte, o que levou à sugestão de que a primazia da descrição não deveria ser tão dependente do produto físico da obra. Quanto à série e às demais publicações consideradas não monográficas, discutiu-se a necessidade de o código de catalogação ter, de forma conceitual e explícita, diretrizes para a descrição de recursos contínuos. Haja vista a mudança significativa do ambiente de atuação do AACR a partir dos avanços tecnológicos, propôs-se a revisão da estrutura lógica do código, de modo a permitir a construção e o uso de catálogos de modo mais eficiente. Ao ser defendida uma definição clara de obra, foi indicada a possibilidade de ela se apresentar de formas variadas, ser produzida por diferentes tipos de autores, publicada em vários idiomas, dentre outros detalhes a serem considerados em um código de catalogação (INTERNATIONAL CONFERENCE..., 1997).

O Quadro 3 apresenta uma síntese de propostas de algumas discussões que ocorreram no evento.

**Quadro 3** – Síntese das discussões da Conferência de Toronto

<b>Ralph Manning</b>	Pediu aos participantes que se concentrassem na aplicabilidade das regras para o futuro, tendo em mente as mudanças físicas nos catálogos e nas operações de catalogação e a preocupação com os ambientes físicos.
<b>Tom Delsey</b>	Recomendou uma análise mais sistemática e lógica dos princípios e estruturas que fundamentam o código usando uma técnica de modelagem (entidade-relacionamento ou análise orientada a objeto). Propôs tabelas de classes de materiais definidas por forma de suporte, por tipo de obra e por forma de expressão, que esclareceram as questões e problemas inerentes às visões atuais de conteúdo versus suporte e questões de séries.
<b>Rahmatollah Fattahi</b>	Afirmou que os catálogos online faziam parte de um sistema online maior, que as funções do catálogo precisavam se expandir além dos aspectos tradicionais locais e de localização para identificar entidades e esclarecer relações consideradas importantes no universo bibliográfico, e que deixavam de servir somente aos usuários locais para atender àqueles de acesso remoto. Pediu que fosse questionada a opcionalidade de títulos uniformes e que fosse abandonada a regra de três <sup>23</sup> .
<b>Candy Bogar</b>	Indicou que todos os catálogos online dependiam da consistência na apresentação dos dados, o que requeria consistência nas regras de catalogação; que as regras específicas eram rapidamente superadas; que os princípios ajudavam a definir uma abordagem geral; e que as regras em vigor não eram expressas logicamente, de modo que nem todos sabiam como aplicá-las.
<b>John Espley</b>	Questionou se realmente era preciso usar a pontuação da ISBD, especialmente quando as telas podem ser personalizadas. Argumentou que os títulos uniformes não eram necessários para a grande maioria dos registros e que, quando necessários, deveriam ser fornecidos, exibidos e recuperados.
<b>Ed Glazier</b>	Observou que, quanto aos muitos tipos de relacionamentos bibliográficos, os dados herdados não registravam relacionamentos e, portanto, não poderiam ser facilmente automatizados sem uma grande despesa para adicioná-los retrospectivamente.
<b>Maureen Killeen</b>	Indicou que títulos uniformes eram úteis para vincular expressões e manifestações e distinguir entre eles.

<b>Glenn Patton</b>	Pedi regras compreensíveis e ensináveis que tivessem lógica, e que fossem extensíveis, pois novas mídias apareciam frequentemente e algumas vêm e vão. As regras do AACR deveriam ser compatíveis, tanto quanto possível, com outras tradições e regras de catalogação, à medida em que o movimento internacional era cada vez maior. Destacou, também, a necessidade de remover o limite de três autores na descrição.
<b>Laurel Jizba</b>	Observou que era possível incluir EAD (Enhanced Archival Description) e Dublin Core nas regras de várias maneiras e sugeriu declarar o propósito dos diferentes modelos na introdução das regras de modo a defini-los no contexto do mundo dos sistemas de informação.
<b>Kent Haworth e Steve Hensen</b>	Observou que a comunidade arquivística utilizou com sucesso a ISBD(G) e o AACR2 nos últimos sete anos, o que não comprometeu os princípios de arquivamento.
<b>Sherry Vellucci</b>	Indicou que os registros bibliográficos deveriam incluir o idioma, a data, os dados da manifestação original e que os registros de obra deveriam incluir o nome do autor, o nome da obra e a data, visto que cobriam todas as funções tradicionais de uma entrada principal.
<b>Lynne Howarth</b>	Propôs um modelo nomeado como sendo de quatro camadas (ou quatro níveis), que, na verdade, eram quatro componentes vinculados de informação (e não um modelo hierárquico).
<b>Michael Gorman</b>	Afirmou que o AACR2 poderia ser a base para mudanças graduais e evolutivas e um meio de padronização para aumentar os benefícios econômicos da catalogação.

Fonte: Adaptado de Tillett (1998).

Outra força motriz, considerada por Weiss e Larkin (2006) para a proposição de um novo padrão de catalogação refere-se ao plano estratégico para o AACR.

O *Joint Steering Committee for the Revision of AACR* (2004), em seu plano estratégico para o futuro do AACR2, evidenciou a intenção de que o código deveria manter as bases firmes de seus princípios, mas que evoluísse para regras sólidas e que alcançasse todas as mídias, tanto as contemporâneas quanto as emergentes. Desse modo, o *Joint Steering Committee for the Revision of AACR* (2004) estabeleceu, em 2002, que

em cinco anos o futuro código de catalogação deveria obedecer aos seguintes requisitos:

1. As regras continuarão baseadas em princípios e incluirão atributos para todos os tipos de materiais.
2. Elas serão usadas em todo o mundo, mas serão derivadas de convenções, costumes e língua inglesa.
3. Elas serão fáceis de interpretar e usar.
4. Elas serão aplicáveis e operarão em um ambiente online baseado na Web.
5. Fornecerão um controle bibliográfico eficaz de todos os tipos de meios de comunicação e digital.
6. Elas serão compatíveis com outros padrões de descrição e recuperação de recursos.
7. Elas serão usadas além da comunidade da biblioteca.

O *Joint Steering Committee for the Revision of AACR* (2004) definiu, ainda, que a terminologia e os conceitos do FRBR deveriam ser aplicados na atualização do código; os conceitos de entrada, entrada principal e entrada secundária deveriam ser analisados quanto à sua utilidade nos catálogos em ambiente online; os conceitos de Designação Geral de Material (DGM) deveriam ser estudados, assim como as questões relacionadas à autoria e à regra dos três autores.

Ainda no plano estratégico para o futuro do AACR2, o grupo de trabalho definiu que os membros do comitê participariam de encontros de especialistas para o desenvolvimento de um código internacional de catalogação, que foram, inclusive, indicados por Weiss e Larkin (2006) como uma das forças motrizes para a proposta de um novo código de catalogação.

Esses encontros de especialistas, edições do *IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code - IME-ICC*, realizados pela *Cataloguing Section* da IFLA, ocorreram nos anos de 2003, 2004, 2005,

2006 e 2007, em Frankfurt, Buenos Aires, Alexandria, Seúl e Durban, respectivamente. Os encontros tinham como propósito analisar os códigos de catalogação nacionais usados nos continentes, observar suas semelhanças e o quanto tinham aderência à *Statement of International Cataloguing Principles*.

Com o objetivo de enriquecer as possibilidades de compartilhamento de informações do catálogo em nível internacional, de modo a promover padrões para registros bibliográficos e de autoridade, os IME-ICC tinham como resultado esperado um código internacional de catalogação, de acordo com o que Tillett (2003) nos conta. É também dela a afirmação de que, dentre as atividades desenvolvidas no IME-ICC, estava o debate para a atualização dos princípios norteadores da catalogação: em cada um dos encontros foram elaborados rascunhos para a atualização dos Princípios de Paris, estabelecidos em 1961. Tal atualização deveria incorporar as terminologias e os conceitos do FRBR.

Nestes encontros foi reconhecida a importância da *International Standard Bibliographic Description (ISBD)* e a necessidade de reunir todas as ISBDs específicas em uma, a fim de adequar seus conceitos e terminologias ao FRBR. Barbara Tillett apresentou a proposta do Virtual International Authority File (VIAF), com o objetivo de ampliar o acesso aos arquivos de autoridade legíveis por computador para o compartilhamento de informações em formulários de nomes autorizados.

Com a proposta de concepção de um novo código, primeiramente denominado AARC3, Tom Desley foi designado para a elaboração das partes I – Descrição, II – Pontos de acesso e III – Controle de autoridade, que resultariam no novo código. No entanto, os comentários acerca do rascunho da Parte I mostraram que, além dos objetivos estabelecidos no plano estratégico não terem sido alcançados, também seria necessário que o código fosse compatível com o passado, lidasse com o presente e se preparasse para o futuro (WEISS; LARKIN, 2006). (WEISS; LARKIN, 2006).

Outra força que também entendemos que deva ser considerada na proposta de um código internacional de catalogação é quanto às discussões sobre as leis definidas por Ranganathan. Isto porque, desde a publicação de As Cinco Leis da Biblioteconomia, o usuário é colocado no centro de todas as atividades desenvolvidas nas unidades de informação. Contudo, as formas de conteúdos e suportes informacionais foram alterados, como fruto do avanço tecnológico. Assim, termos e objetos como o “livro”, presente nas leis, deixaram de ser predominantes ou, pelo menos, tiveram que dividir seu espaço com outras formas de documentos, suportes informacionais e conteúdos como links, hipertextos, informações armazenadas em nuvem etc.

Connaway e Faniel (2015) defendem que tanto as noções de livro quanto de leitor expandiram-se, além de tornaram-se mais complexas, o que implica mudanças na interpretação das leis definidas por Ranganathan. A proposta feita por Connaway e Faniel (2015) está compilada no Quadro 4.

**Quadro 4** – Proposta revisitada para as Cinco Leis de Ranganathan

<b>Leis de Ranganathan</b>	<b>Leis propostas por Connaway e Faniel</b>		
Os livros são para usar	<i>E-books</i> são para leitura	Netflix é para assistir	<i>Blackboard</i> é para estudar
A cada leitor o seu livro	A cada ouvinte seu <i>iTunes</i>	A cada artista seu <i>Photoshop</i>	A cada estudante seu <i>EasyBib</i>
Para cada livro o seu leitor	Todo <i>blog</i> seu leitor	Todo mapa do Google tem seu viajante	Todo repositório digital tem seu pesquisador
Poupe o tempo do leitor	Economize o tempo do ouvinte	Economize o tempo do viajante	Economize o tempo do pesquisador
A biblioteca é um organismo em crescimento			

Fonte: Adaptado de Connaway e Faniel (2015).

Ante a gama de possibilidades de acesso às informações, além da importância do fator tempo, surge a questão da conveniência e da utilidade, pois, apesar de preservação, catalogação (representação), apresentação e disseminação manterem-se importantes na prática biblioteconômica, há que se considerar que a forma como tais ações são realizadas exigem a satisfação dos interesses dos usuários.

Coyle e Hillmann (2007) afirmam que, em ambientes informacionais digitais, a catalogação é uma das atividades em que o avanço tecnológico exerceu as maiores mudanças, inclusive com consequências nos catálogos. Isso se deu por conta de as regras, outrora criadas com a finalidade de gerar registros catalográficos de materiais impressos para serem inseridos em e comporem catálogos em fichas, já não atenderem à demanda atual.

Está posta a necessidade de a catalogação acompanhar os avanços tecnológicos, repensar as demandas dos usuários e a sua forma de interagir nos sistemas automatizados de busca e recuperação da informação, e dinamizar a organização, representação e acesso à

informação: conceitos e regras que consolidam a elaboração de registros catalográficos, o uso e reuso de metadados criados, e o desempenho dos catálogos precisam ser adequados à nova realidade.

## 7 ERA UMA VEZ UM CÓDIGO INTERNACIONAL DE CATALOGAÇÃO!

Por conta da associação das tecnologias na elaboração de registros bibliográficos, no gerenciamento dos catálogos, no processamento das solicitações dos usuários pelos bancos de dados, na definição de *templates* de apresentação dos resultados em ações de busca, e em sua (re)configuração por opções feitas pelos próprios usuários, as limitações das fichas catalográficas e as regras vigentes já não eram aplicáveis também aos novos suportes informacionais.

Relembremos, com Souza (1997), que o AACR foi publicado em 1967, após uma revisão do Código da *American Library Association* (ALA), adaptando-o aos princípios discutidos, em 1961, durante a *International Conference on Cataloguing Principles*. Portanto, o AACR supriu as necessidades que lhe cabiam naquele período específico, o que mostra que o processo de catalogação, seus instrumentos, e tecnologias correlacionam-se. Com os avanços tecnológicos e, conseqüentemente, com as novas formas de produção, armazenamento e uso da informação, surgiu a necessidade de revisão e adequação do AACR.

Elaborado como um código para catalogar materiais impressos, o AACR2 passou por várias atualizações com a finalidade de melhorar seu desempenho e oferecer regras para o registro de maior gama de suportes, por isso a publicação do AACR2r (revisão de 2002, com publicação da versão brasileira em 2004). Segundo Oliver (2011, p. 3) “[...] um grande obstáculo com que se defrontaram as AACR foi a descrição de novos tipos de recursos. [...] Esta limitação dificultou a extensão das regras AACR2 para incluir a descrição de novos tipos de recursos, principalmente os eletrônicos.”

Algum argumento contrário à proposta de um novo código? Nos apontamentos feitos por Gorman e Oddy (1997) durante a Conferência de Toronto ficou claro o cuidado que se deveria ter ao propor a substituição de um código amplamente aceito, o que era o caso do AACR (inclusive, identificado nos IME-ICC), e argumentam:

1. é o primeiro código a integrar todas as mídias na descrição e nos pontos de acesso;
2. é o primeiro exemplo de um código de catalogação que lida com nomes e títulos em um meio-termo base;
3. é o primeiro código de catalogação que delinea claramente a distinção entre descrição e acesso;
4. é um código que tem os pontos de acesso baseados na abordagem de Lubetzky que cobriu códigos anteriores;
5. é conscientemente internacionalista;
6. mostrou o caminho para o conceito de registros de autoridade de igual valor associados às descrições;
7. é o primeiro código a incorporar o conceito de uma pessoa com duas ou mais identidades bibliográficas;
8. é um código que fornece uma estrutura infinitamente expansível (tanto na descrição quanto no acesso) para acomodar novas e futuras mídias.

Isso nos mostra, claramente, que Gorman e Oddy defendiam que revisões regulares do AACR2 dariam conta das mudanças significativas necessárias à adequação do padrão ao ambiente em que agora opera, o ambiente online.

O risco de uma proposta em prol de um código internacional de catalogação já havia também sido advertido por Cutter (1904) quando afirmou que nenhum código de catalogação poderia ser adotado em todos os pontos por todos. Seria necessário, então, ponderar as particularidades das diferentes comunidades de diversas partes do mundo que utilizam padrões para o registro bibliográfico.

Hanson (1939) também chamou a atenção para o fato de que, se um código internacional viesse a se tornar realidade, muitos bibliotecários se recusariam a adotá-lo em sua totalidade.

Ora! Mas esses argumentos são do Século passado!, poderiam dizer. No entanto, também foi no Século passado que, em 1910, Paul

Otlet, então secretário geral do *Institut International de Bibliographie*, saiu em defesa de um código internacional, durante o *International Congress of Archivists and Librarians*, ocorrido em Bruxelas. Otlet (1912) apontou, inclusive, que o caminho para isso seria o de estabelecer relações entre todos os códigos nacionais existentes, trazer países que não têm um código para estabelecer um ou adotar um dos códigos existentes e, finalmente, estabelecer um código Internacional.

Apesar disso, ao discutir a uniformização por meio de um código universal de catalogação, Chaplin (1956) diz que isso acarretaria no abandono de práticas tradicionais e locais que funcionavam bem e destacou que a discussão internacional sugerida em Bruxelas teve pouco ou nenhum progresso e que o crescimento da uniformidade havido em período posterior ao evento tomou a forma de imitação de códigos já existentes em outros países. Também é de Chaplin (1956) a lembrança das três tentativas de elaboração de um código internacional de catalogação: [1] durante o *Congress of Archivists and Librarians*, realizado em Bruxelas, em 1910, com a proposição de Otlet de composição de uma comissão para a elaboração de um código universal de catalogação; [2] no *First World Congress of Libraries and Bibliography*, realizado em Roma, em 1929, com o destaque de Tobolka<sup>24</sup> sobre a necessidade de um código internacionalmente aceitável, apesar de reconhecer que a unificação pudesse ser impossível; e [3] com a comparação, feita por Ranganathan, entre o código anglo-americano, as instruções prussianas, as *Rules for a Dictionary Catalogue*, de Cutter, o código da Vaticana, , além do próprio *Classified Catalogue Code*, de Ranganathan.

A questão é que, agora, ficava explícita a necessidade de adequação do código de catalogação aos constantes avanços tecnológicos, bem como o seu alinhamento aos conceitos e terminologias do FRBR e do FRAD. Daí a revisão e a definição de propostas de ajustes no AACR2r, assim como um acréscimo de regras com a finalidade de adaptá-las às mídias atuais. Essa revisão resultaria no AACR3 e tinha

como responsável o *Joint Steering Committee for Revision of AACR2* (WEISS; LARKIN, 2006).

Para Gorman ([2007]), contribuíram para um nível sem precedentes de padronização internacional e cooperação, o que promove o progresso constante em direção ao ideal de Controle Bibliográfico Universal: o AACR2, traduzido para muitos idiomas e adotado por muitos países, ou usado como base para códigos nacionais fora da comunidade anglo-americana; a ISBD; e o MARC, validado em todo o mundo. A questão é: se isso funcionou muito bem na prática, parece não ter funcionado em teoria, haja vista a decisão do *Joint Steering Committee* por encerrar o processo de desenvolvimento e revisão do AACR2.

A intenção inicial de atualização das regras do AACR2 mudou para a definição de uma proposta de elaboração de um novo código de catalogação, uma vez que as mudanças propostas como revisão seriam abrangentes.

Esse é o contexto no qual se abriu mão da continuidade das revisões que originariam o AACR3 em prol da construção do novo padrão de catalogação, agora denominado *Resource, Description and Access* (RDA).

Sob o encargo do, agora, *Joint Steering Committee for Development of RDA*, este padrão foi desenvolvido com a pretensão de atender às demandas oriundas do contexto tecnológico vivenciado nas últimas décadas.

Hitchens e Symons (2009), ao discorrerem sobre as razões que levaram à atualização do AACR para o AACR2, apontam que os mesmos motivos que, em tempos remotos, induziram o melhoramento do AACR para o AACR2, agora levaram a repensá-lo em vistas do RDA: o avanço tecnológico e o desenvolvimento dos materiais não-livros. Destarte, Coyle e Hillmann (2007) enfatizam que a publicação do AACR2 ocorreu às vésperas da grande mudança tecnológica: o computador e a rede eletrônica, fato que evidencia que atualizações do AACR2 logo seriam

requeridas. Na ocasião, porém, não houve preocupação com o potencial da tecnologia em ascensão.

Não há como negar, portanto, que a história do vínculo entre catalogação, catálogos e tecnologias se repete: a transição do AACR2 para o RDA é motivada pelos mesmos agentes das alterações anteriores: inovações tecnológicas e seus efeitos tanto na elaboração dos catálogos quanto no uso destes por parte dos usuários.

Para Kincy e Layne (2014), o RDA é resultado de um processo de desenvolvimento e revisão de algo que foi proposto como um padrão de catalogação no bojo da proposta teórica do FRBR e FRAD, mas está repleto de instruções advindas do AACR2.

Ao considerar os pressupostos que justificariam a construção de um novo padrão de catalogação, em substituição ao AACR2, Delsey (2016) aponta que desenvolver, de fato, um novo padrão para descrição e acesso ao recurso seria uma resposta a um ambiente digital em desenvolvimento, no qual tanto a produção quanto a disseminação de recursos de informação e as tecnologias usadas para criar, armazenar e acessar dados descrevendo aqueles recursos, também estavam sendo transformados.

O RDA seguia, portanto, em direção a um novo padrão, adequado ao ambiente digital, apesar de ter suas bases no AACR2. O RDA, com pretensão internacional, seria elaborado com o objetivo de atender às necessidades emergentes dos usuários de um catálogo, mas marcadamente como um padrão de catalogação baseado em modelos conceituais.

Certo de que os avanços continuarão e, conseqüentemente, novas formas e suportes de registro de informações surgirão, o RDA traz a proposta de, como indica Oliver (2011, p. 2), proporcionar os “[...] princípios e as instruções para registro de dados de recursos hoje conhecidos e os que venham a ser desenvolvidos.” Tillett (2013) ressalta que o RDA tem uma visão voltada para que ele seja um padrão

internacionalmente destinado ao ambiente digital que nos encontramos agora.

Com essas justificativas, o RDA nasce com o objetivo de suprir as necessidades de descrição de novos recursos e emergentes tipos de mídias e conteúdos, assim como os catálogos agora disponíveis em ambiente online. Além disso, a proposta do novo padrão, segundo define o *Joint Steering Committee for Development of RDA* (2005), é que as instruções para o registro dos dados sejam independentes das diretrizes para apresentação de dados.

## 8 A PROPOSTA DO RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)

No documento norteador do RDA, o *Statement of objectives and principles for RDA*, foram estabelecidos cinco princípios que orientariam o desenvolvimento do RDA: [1] generalização, [2] especificidade, [3] não redundância, [4] terminologia e [5] estrutura de referência; e outros oito princípios voltados à funcionalidade dos dados descritivos: [1] diferenciação, [2] relacionamentos, [3] uniformidade, [4] atribuição, [5] representação, [6] precisão, [7] uso comum e [8] suficiência.<sup>25</sup> (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2009). O plano estava traçado.

Para Riva (2016), os códigos de catalogação podem ser, e de fato são, baseados em um modelo que considera as entidades, relacionamentos e atributos revelados por meio de dados bibliográficos. O RDA, então, seria exemplo de um instrumento de catalogação alinhado de forma firme e explícita com um modelo conceitual escolhido.

Para Delsey (2016) o alinhamento com os modelos FRBR e FRAD foi fundamental no cumprimento do compromisso assumido no plano estratégico do RDA. Isso definiu que as orientações estabelecidas pelo novo padrão deveriam apresentar-se conforme os conceitos presentes nos FRs. Para Gorman ([2007]), porém, o FRBR pode ter algum mérito como forma de examinar a teoria da catalogação, mas tem pouco a contribuir como documento fundamental para a criação de um código de catalogação.

O alinhamento do RDA aos modelos conceituais da IFLA fica evidente em cada uma de suas seções, que direcionam o olhar para as entidades, atributos e relações presentes nos modelos.

Em um ensaio “pré RDA”, Dunsire (2007) declara que RDA é o acrônimo de *Resource Description and Access*, um novo padrão para o conteúdo de metadados usados para apoiar a descoberta, identificação e emprego de recursos informacionais.

O *RDA Steering Committee* (2018) define o RDA com um pacote de elementos de dados, diretrizes e instruções para criar metadados de recursos de bibliotecas e de instituições de patrimônio cultural que foram formulados de acordo com modelos internacionais voltados para aplicações de dados vinculados focados no usuário. Ao contrário do que se observa nos códigos de catalogação, caracterizados pelo seu conjunto de regras, o RDA tem, desde sua concepção, diretrizes e instruções, o que o configura, sob nosso ponto de vista, como um padrão. Glennan (2012), porém, enfatiza que, apesar das mudanças havidas ao longo de seu desenvolvimento, o RDA continua profundamente enraizado em tradições anglo-americanas de catalogação, ao mesmo tempo em que se alinha com os modelos conceituais internacionais mais recentes, como FRBR e FRAD.<sup>26</sup>

Para Danskin (2014), é com o RDA que, pela primeira vez, as instruções de catalogação não foram limitadas por requisitos do gerenciamento de espaço.

Nem todos os comentários foram positivos quanto ao RDA. Gorman<sup>27</sup> ([2007]) tece duras e ácidas críticas em um texto que também faz referência aos importantes marcos da catalogação. O título já é provocativo; algo como “RDA: a derrocada do catálogo está vindo”, em uma tradução descomprometida. Para ele, as ações em prol do RDA são reflexo de um sequestro do processo de revisão do AACR2 e o resultado prático promete ser o maior desastre a atingir a catalogação descritiva desde o projeto de regras de 1941 (que sinalizamos no capítulo 4).

Dentre as várias razões apontadas por Gorman ([2007]) para a calamidade que estava se aproximando destaca-se o argumento de que estava sendo demandado grande esforço para resolver o problema de catalogação e acesso aos registros eletrônicos por meio do uso de metadados criados por não catalogadores, nas palavras dele: a proposta se resume à ideia simplista de que é possível ter uma catalogação eficaz de documentos eletrônicos recorrendo a termos não controlados em algumas categorias simples, ou seja, acreditam que resultados

obtidos pela catalogação usando vocabulários controlados e estruturas bibliográficas de catálogos podem ser alcançados de forma barata e sem o uso dessas estruturas essenciais.

Parece que o ponto central do questionamento de Gorman ([2007]) em sua crítica ao RDA está no fato de que um modelo conceitual do universo bibliográfico esclarece as relações existentes entre os elementos que compõem um registro bibliográfico e as relações entre os registros bibliográficos em um catálogo. Entretanto, o modo como os registros bibliográficos são explicados devem refletir em um código de catalogação? Os instrumentos de catalogação são para fornecer regras e orientações para a formulação de registros bibliográficos, e não para entender a relação entre eles. Estão sendo postas à mesa, portanto, 'coisas' de diferentes naturezas.

Agora queremos fazer uma proposta: olhar o RDA a partir do ponto de vista de quem chegou até aqui e leu o pouco que conseguimos apresentar sobre os princípios e fundamentos teóricos da catalogação, os teóricos da catalogação descritiva, os instrumentos de catalogação e os modelos conceituais do universo bibliográfico.

Ao discorrer sobre os princípios da catalogação, Svenonius (2000) aponta que, quando usados na literatura de descrição bibliográfica, os princípios referem-se aos objetivos de um sistema bibliográfico, às regras gerais em um código bibliográfico e às diretrizes que orientam a construção de uma linguagem bibliográfica. Lubetzky (1953) faz algumas críticas! Sem princípios diretivos não é possível assumir o compromisso de delinear um código de regras; eles funcionam como bússola! Sem conhecimento sobre os princípios subjacentes não será possível abordar e aplicar de forma inteligente um conjunto de regras, por mais bem construído que seja.

Com base no ponto de vista apresentado por eles notamos como imprescindível, tanto na fase de idealização quanto nas atividades práticas, que códigos, padrões, normas e ou metodologias sejam constituídos de princípios.

Quanto à proposta do RDA à luz dos princípios e fundamentos teóricos da catalogação descritiva vale mencionar que os ideais de Panizzi, em relação à integração das diversas expressões e manifestações, estão presentes na proposição do RDA, uma vez que um dos objetivos do padrão é permitir que os catálogos façam relações entre as diversas entidades descritas. De igual modo, observamos que, dentre os dois objetivos do catálogo propostos por Lubetzky, as relações entre entidades propostas no RDA vão ao encontro do segundo objetivo, o de possibilitar ao usuário encontrar as diferentes edições e traduções de uma obra.

Importante ressaltar que, na *Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação*, publicada em 2009, uma das finalidades destes princípios era o de orientar o desenvolvimento de códigos de catalogação, cujo documento foi escrito em concomitância com o desenvolvimento do RDA.

Quanto aos modelos conceituais da IFLA, o relatório do FRISAD não é mencionado na publicação inicial do RDA, o que pode ter sido motivado pelo fato de o modelo conceitual não estar finalizado à época. Entretanto, é notório que os termos e conceitos apresentados nos modelos da família FR influenciaram claramente o desenvolvimento do RDA.

O RDA não coloca a ISBD como uma das tradições catalográficas em que se baseou; em vez disso ela aparece como um dos padrões chave considerados no desenvolvimento do RDA, ao lado do MARC 21 *Format Bibliographic Data* e do MARC 21 *Format for Authority Data*.

Byrum Jr. (2004) menciona que, no início da década de 1990, quando a IFLA instituiu o grupo de estudo para o FRBR, o grupo de revisão e manutenção das ISBDs também estavam em atividades, mas seus trabalhos foram interrompidos para aguardar as recomendações do FRBR. Foi também neste período que os trabalhos em prol da consolidação da ISBD foram desenvolvidos, o que futuramente daria origem a uma ISBD em conformidade com o FRBR. Essa edição

consolidada da ISBD é resultado do esforço para assegurar que a descrição de todos os materiais atinja o mesmo estado de conformidade com o FRBR. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2011).

No RDA, em seu Anexo D – *Record syntaxes for descriptive data*, são apresentados os elementos da ISBD, da pontuação e dos elementos no RDA. Apesar de constarem desse modo, Bianchini e Guerrini (2016) ressaltam que o RDA não coloca a ISBD como uma forma para a apresentação de dados, a ordem dos elementos ou uma pontuação convencional: o RDA informa o que descrever, mas não como apresentar os dados.

Os cânones da catalogação, definidos por Ranganathan, podem ser vistos no RDA, apesar de não haver qualquer menção sobre ele ou suas propostas na introdução do documento. Encontramos indícios dos cânones da Determinabilidade, da Individualização, da Permanência, da Consistência e do Uso Corrente. O Cânone da Determinabilidade considera que a folha de rosto não deve ser a única fonte de informação para a catalogação, e que, no caso de insuficiência de informações nesta, outras partes do livro/item podem ser consultadas. O Cânone da Individualização pode ser percebido no princípio da diferenciação no RDA, quando determina que os dados descritivos diferenciam e individualizam um recurso dos demais. Os cânones da Permanência, da Consistência e do Uso Corrente também estão presentes no RDA e são, inclusive, indicados por Chandel e Prasad (2013) quando afirmam que eles ainda são princípios orientadores da catalogação, inclusive na criação de metadados.

Para Bianchini e Guerrini (2016) pode-se dizer que a principal característica do novo padrão seja a estrutura relacional, já teorizada por Panizzi em 1876.

Também há indícios da contribuição de Jewett, apesar de sequer ser mencionado no RDA. É dele a declaração de que os dados devem ser registrados conforme apresentados no item e que o título deva ser

transcrito exatamente como aparece, tal qual o RDA orienta nas diretrizes gerais para transcrição, em 1.7.1. Um ponto que mostra divergência entre as proposições de Jewett e o RDA é que ele era contra a liberdade dada ao catalogador, visto que, para ele, ou os catalogadores seguiam regras ou o serviço catalográfico seria um bagunça.

Cutter, ao estabelecer os objetivos do catálogos, vinculou a necessidade de que todas as atividades práticas e teóricas da catalogação fossem direcionadas aos usuários. Esse é o grande ponto de encontro entre os teóricos e o RDA: o usuário.

Mesmo que em épocas diferentes e contextos tecnológicos diversos, ou que algumas das regras e instruções diferenciem-se no padrão RDA, o que se observa no arcabouço teórico de tais estudiosos é a preocupação com o usuário e o esforço para que o catálogo sirva não apenas de canal de comunicação entre os acervos e o público, mas que cumpra o papel de democratização do acesso e uso da informação.

## 9 DURANTE O RDA, O IFLA LRM! UM NOVO MODELO CONCEITUAL

Em decorrência da publicação do RDA e do FRISAD, ambos em 2010, e das discussões advindas do alinhamento do padrão aos, agora, três modelos conceituais FR houve uma pausa nas atualizações do RDA motivada pela proposição de um novo modelo conceitual. Neste capítulo comentaremos os desdobramentos havidos depois da publicação do RDA: o *IFLA Library Reference Model* e o *Project RDA 3R*.

A International Federation of Library Associations and Institutions (2017) define que o IFLA LRM é resultado dos três modelos conceituais da família FR (FRBR, FRAD e FRISAD) e, ao mesmo tempo, distinto dos mesmos. Tendo em vista que os modelos conceituais da família FR foram propostos por grupos com diferentes membros e publicados em diferentes períodos, se fez necessário consolidá-los em um único modelo coerente, o que originou o IFLA LRM, um modelo conceitual de referência para dados de bibliotecas.

Os estudos para a consolidação dos modelos FR em um modelo conceitual consolidado foram desenvolvidos pelo *FRBR Review Group*, a partir de 2010. Em 2013 esse grupo constituiu o *Consolidation Editorial Group* (CEG) que tinha como missão avaliar detalhadamente os atributos e relacionamentos dos modelos da família FR e elaborar um relatório com a definição do modelo. Após a apresentação do relatório, identificado como *FRBR-Library Reference Model*, para uma revisão mundial, o CEG fez os ajustes no rascunho do modelo, que foi avaliado pelo *FRBR Review Group*, e aprovado, em 2016, com o nome de *IFLA Library Reference Model*. Feita a apresentação do modelo aos comitês permanentes de catalogação e de assuntos da IFLA e ao *ISBD Review Group*, o modelo foi aprovado e publicado em 2017.

A International Federation of Library Associations and Institutions (2017) ressalta que, para o IFLA LRM, foram analisados comparativamente as tarefas de usuários, as entidades, os atributos e as relações dos três modelos da família FR, tendo o estudo sido dividido nos seguintes

momentos: [1] exame das tarefas do usuário, o que proporcionou um foco e um alcance funcional para o resto das decisões da modelagem; [2] exame das entidades, e, depois, alternadamente, dos relacionamentos e atributos, processo realizado por meio de várias iterações, pois cada passagem revelou simplificações e refinamentos que, em seguida, precisavam ser aplicados de forma consistente em todo o modelo; e [3] redação das definições, notas de escopo e exemplos, o que fez com que houvesse a definição completa do modelo de forma consistente e integrada.

No IFLA LRM não há diferença entre dados tradicionalmente armazenados em registros bibliográficos ou de coleções e dados tradicionalmente armazenados em registros de autoridade de nome e de assunto, visto que todos esses dados são entendidos como informação bibliográfica. Assim como nos três modelos anteriores, entidades, atributos, relacionamentos e tarefas de usuários são, marcadamente, as bases nas quais o novo modelo se organizou.

O IFLA LRM, portanto, não assume posição de código ou padrão de catalogação, apesar de servir como guia para que as regras de catalogação e como base na implementação de sistemas bibliográficos. Isto porque, conforme International Federation of Library Associations and Institutions (2017), as definições de certos elementos-chave no IFLA LRM destinam-se a ser compatíveis com uma variedade de códigos ou padrões de catalogação.

Diante da proposição de que o IFLA LRM deve resolver inconsistências entre os modelos da família FR, novas entidades, atributos e relacionamentos foram apresentados. Do FRBR foram herdadas as entidades *obra*, *expressão*, *manifestação* e *item*; do FRAD, a entidade *pessoa*, agora é subordinada à entidade *agente* que, por sua vez, também tem a ela subordinada a entidade *agente coletivo*; do FRSAD, advém a entidade *nomen*. Além das entidades *agente* e *agente coletivo*, a entidade *intervalo de tempo* também é nova no IFLA LRM.

Vejam os como as entidades do modelo IFLA LRM são apresentadas no relatório da International Federation of Library Associations and Institutions (2017):

- *Res*: “coisa” em latim; qualquer entidade no universo do discurso; usada para referir-se a coisas e conceitos materiais ou físicos;
- *Obra*: conteúdo intelectual ou artístico de uma criação específica; objeto conceitual; nenhum objeto material único pode ser identificado como *obra*; uma *obra* pode ser reconhecida retrospectivamente a partir de um exame das realizações ou *expressões* individuais da *obra*; a *obra* consiste da criação intelectual ou artística que está por trás de todas as várias *expressões* da *obra*;
- *Expressão*: combinação distinta de sinais de qualquer forma ou natureza (inclui sinais visuais, auditivos ou gestuais) destinados a transmitir conteúdo intelectual ou artístico identificáveis como tais; uma *expressão* surge simultaneamente com a criação de sua primeira *manifestação*, nenhuma *expressão* pode existir sem que haja pelo menos uma *manifestação*;
- *Manifestação*: conjunto de todos os suportes que supostamente compartilham as mesmas características do conteúdo intelectual ou artístico e aspectos da forma física; o conjunto é definido pelo conteúdo geral e pelo plano de produção para seu suporte ou suportes; resulta da captura de uma ou mais *expressões* sobre um recurso ou conjunto de recursos informacionais;
- *Item*: um ou vários objetos que carregam sinais destinados a transmitir conteúdo intelectual ou artístico; em termos de conteúdo intelectual ou artístico e forma física, um *item* exemplifica uma *manifestação* e normalmente reflete todas as características que definem a própria *manifestação*;

- *Agente*: uma entidade capaz de ações deliberadas, de cessão de direitos e de ser responsabilizada por suas ações; ser um *agente* requer ter ou ter tido o potencial de relacionamentos intencionais com instâncias de entidades de interesse bibliográfico (*obras, expressões, manifestações, itens*), seja esse *agente* específico que tenha feito ou não; os seres humanos são, direta ou indiretamente, a força motriz por trás de todas as ações tomadas por todos os *agentes*;
- *Pessoa*: um ser humano individual; inclui pessoas que vivem ou viveram;
- *Agente coletivo*: uma reunião ou organização de *pessoas* com um nome específico e capaz de atuar como uma unidade; inclui famílias, instituições comerciais ou corporativas e outros organismos legalmente registrados, organizações e associações, grupos musicais, artísticos ou de atuação, governos e qualquer uma de suas subunidades; a associação de muitos tipos de *agentes coletivos* continuará a evoluir ao longo do tempo;
- *Nomen*: uma associação entre uma entidade e uma designação que se refere a ela; associada a qualquer denominação; qualquer entidade referida no universo do discurso é nomeada por, pelo menos, um nome;
- *Lugar*: uma extensão de espaço determinada; relevante em um contexto bibliográfico; uma construção cultural; uma identificação humana de uma área geográfica ou extensão do espaço;
- *Intervalo de tempo*: um período de tempo que possui um início, um fim e uma duração; a duração resultante pode ser associada a ações ou ocorrências durante esse período de tempo; mesmo um período de tempo muito preciso tem uma duração mensurável, por mais breve que seja.

Quanto aos usuários, o IFLA LRM considera que os dados sejam usados por todos os tipos de usuários, desde o usuário final até os profissionais de bibliotecas. Desse modo, as tarefas definidas como *encontrar, identificar, selecionar, obter e explorar* formam um conjunto de tarefas voltadas aos usuários e refletem os modelos conceituais anteriores, que consideraram tais tarefas como objetivo a ser alcançado pelos dados elaborados conforme os requisitos funcionais estabelecidos para o universo bibliográfico.

Nos mesmos moldes do que ocorreu com os outros modelos conceituais da família FR, além da apresentação das entidades, dos atributos e dos relacionamentos, também são declaradas as tarefas do usuários. O relatório do IFLA LRM apresenta as seguintes tarefas dos usuários:

- Encontrar: Reunir informações sobre um ou mais recursos de interesse pesquisando sobre qualquer critério relevante;
- Identificar: Compreender claramente a natureza dos recursos encontrados e distinguir entre recursos semelhantes;
- Selecionar: Determinar a adequação dos recursos encontrados e aceitar ou rejeitar recursos específicos;
- Obter: Acessar o conteúdo do recurso;
- Explorar: Descobrir recursos utilizando os relacionamentos entre eles e, assim, contextualizá-los. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017).

No Quadro 5 é possível visualizar as entidades e as tarefas de usuários adotadas nos modelos conceituais FRBR, FRAD, FRSD e no IFLA LMR (em destaque as entidades novas propostas em relação ao modelo anterior).

**Quadro 5** – Principais diferenças entre os quatro modelos

<b>Modelo conceitual</b>	<b>FRBR (1998)</b>	<b>FRAD (2009)</b>	<b>FRSAD (2010)</b>	<b>IFLA LRM (2017)</b>
<b>Entidades</b>	Obra Expressão Manifestação Item Pessoa Instituição Conceito Objeto Evento Lugar	Obra Expressão Manifestação Item Pessoa Instituição Conceito Objeto Evento Lugar <b>Família</b> <b>Nome</b> <b>Identificador</b> <b>Pontos de acesso controlado</b> <b>Regras</b> <b>Agência</b>	<b>Thema</b> <b>Nomen</b>	<b>Res</b> Obra Expressão Manifestação Item <b>Agente (pessoa e agente coletivo)</b> Nomen Lugar <b>Intervalo de tempo</b>
<b>Tarefas de usuário</b>	Encontrar Identificar Selecionar Obter	Encontrar Identificar <b>Contextualizar</b> <b>Justificar</b>	Encontrar Identificar Selecionar <b>Explorar</b>	Encontrar Identificar Selecionar Obter Explorar

Fonte: Elaborado pelos autores.

A definição formal do IFLA LRM, conforme descrito em International Federation of Library Associations and Institutions (2017), abrange os elementos empregados em modelos do tipo entidade-relacionamento: entidade, atributo e relacionamento.

Na nomeação dos elementos do modelo, identificados por "LRM- ", foi adicionada a letra inicial do elemento correspondente: E para entidades, A para atributos e R para relacionamentos. As entidades são identificadas como mostra o Quadro 6:

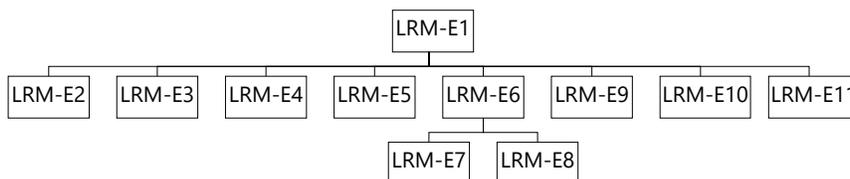
**Quadro 6** – Identificação das entidades no IFLA LRM

<b>Identificação</b>	<b>Entidades</b>
LRM-E1	<i>Res</i>
LRM-E2	Obra
LRM-E3	Expressão
LRM-E4	Manifestação
LRM-E5	Item
LRM-E6	Agente
LRM-E7	Pessoa
LRM-E8	Agente coletivo
LRM-E9	<i>Nomen</i>
LRM-E10	Lugar
LRM-E11	Intervalo de Tempo

Fonte: Elaborado pelos autores.

No IFLA LRM foi adotado o modelo de classes e subclasses, nos quais os relacionamentos se dão como *IsA* (é um). O modelo define, então, hierarquias entre as entidades, como demonstrado no Esquema 8.

Esquema 8 - Hierarquias entre as entidades do IFLA LRM



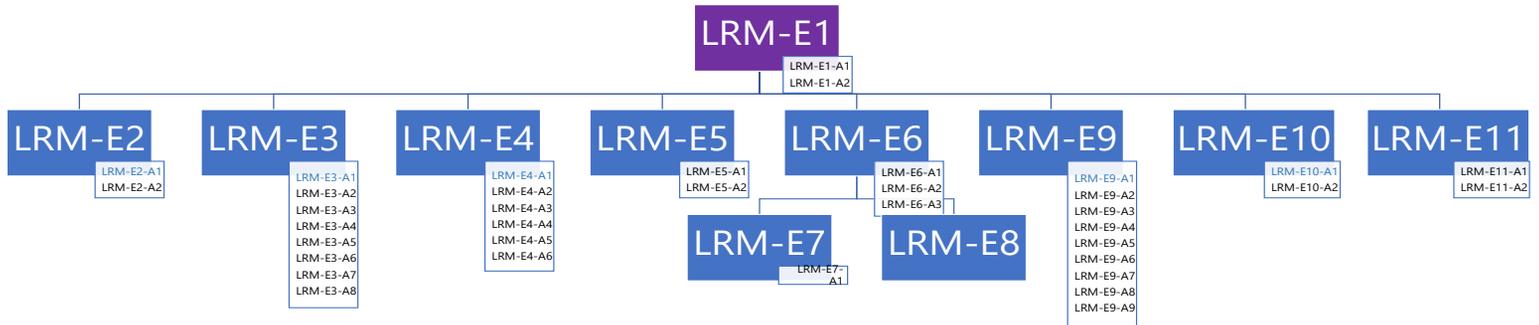
Fonte: Adaptado de International Federation of Library Associations and Institutions (2017).

As entidades são os principais objetos de interesse dos usuários no IFLA LRM. Estas entidades são descritas bibliograficamente junto com os dados de autoridade, visto que o modelo trata os dois tipos de dados como informação bibliográfica.

Dentre os elementos que compõem o modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento, além das entidades, também fazem parte os atributos, que caracterizam as instâncias de cada entidade. Apesar disso, o IFLA LRM não tem atributos cujos valores sejam de preenchimento obrigatório, mas podem ser registrados, desde que facilmente identificados. Para o registro dos valores dos atributos podem ser adotados listas ou vocabulários controlados, ou, ainda, serem transcritos em linguagem natural, se preferidos pela unidade catalogadora (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017).

O Esquema 9 mostra a hierarquia das entidades do IFLA LRM e os respectivos atributos, conforme estabelecido em International Federation of Library Associations and Institutions (2017). Com o intuito de facilitar a visualização da hierarquia adotamos cores diferentes: em caixas sombreadas estão as entidades (roxo para a entidade de nível superior e azul para as entidades de nível inferior); em caixas sobrepostas às entidades estão os atributos (texto em preto para os atributos de alto nível, e texto em azul para os atributos de nível inferior).

Esquema 9 – Atributos das entidades do IFLA LRM



Fonte: Adaptado de International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 38, tradução nossa).

De modo sumarizado, o Esquema 9 mostra os atributos<sup>28</sup> das entidades previstas no IFLA LRM:

- LRM-E1 - *Res*
  - LRM-E1-A1 Categoria
  - LRM-E1-A2 Nota
- LRM-E2 – *Obra*
  - LRM-E2-A1 Categoria
  - LRM-E2-A2 Atributo de expressão representativa
- LRM-E3 – *Expressão*
  - LRM-E3-A1 Categoria
  - LRM-E3-A2 Extensão
  - LRM-E3-A3 Público-alvo
  - LRM-E3-A4 Direitos de uso
  - LRM-E3-A5 Escala cartográfica
  - LRM-E3-A6 Idioma
  - LRM-E3-A7 Tonalidade
  - LRM-E3-A8 Meio de execução
- LRM-E4 – *Manifestação*
  - LRM-E4-A1 Categoria do suporte
  - LRM-E4-A2 Extensão
  - LRM-E4-A3 Público-alvo
  - LRM-E4-A4 Declaração de Manifestação
  - LRM-E4-A5 Condições de acesso
  - LRM-E4-A6 Direitos de uso
- LRM-E5 – *Item*
  - LRM-E5-A1 Localização
  - LRM-E5-A2 Direitos de uso
- LRM-E6 – *Agente*
  - LRM-E6-A1 Informações de contato
  - LRM-E6-A2 Campo de atividade
  - LRM-E6-A3 Idioma
- LRM-E7 *Pessoa*

- LRM-E7-A1 Profissão/Ocupação
- LRM-E9 – *Nomen*
  - LRM-E9-A1 Categoria
  - LRM-E9-A2 *Nomen string*
  - LRM-E9-A3 Esquema
  - LRM-E9-A4 Público-alvo
  - LRM-E9-A5 Contexto de uso
  - LRM-E9-A6 Fonte de referência
  - LRM-E9-A7 Idioma
  - LRM-E9-A8 Escrita
  - LRM-E9-A9 Conversão de escrita
- LRM-E10 – *Lugar*
  - LRM-E10-A1 Categoria
  - LRM-E10-A2 Localização
- LRM-E11 – *Intervalo de tempo*
  - LRM-E11-A1 Início
  - LRM-E11-A2 Término

No IFLA LRM os atributos devem ser registrados pela agência catalogadora com o uso de vocabulários controlados e no idioma e escrita da própria agência.

Outro componente essencial em modelos conceituais do tipo entidade-relacionamento são os relacionamentos entre as entidades. Com a finalidade de contextualizar e vincular as entidades, os relacionamentos exercem fundamental importância no IFLA LRM.

Do mesmo modo que ocorre com as entidades, os relacionamentos obedecem a hierarquias, nomeado no modelo como refinamento específico; isso faz com que seja cumprida a função de restrição entre os relacionamentos.

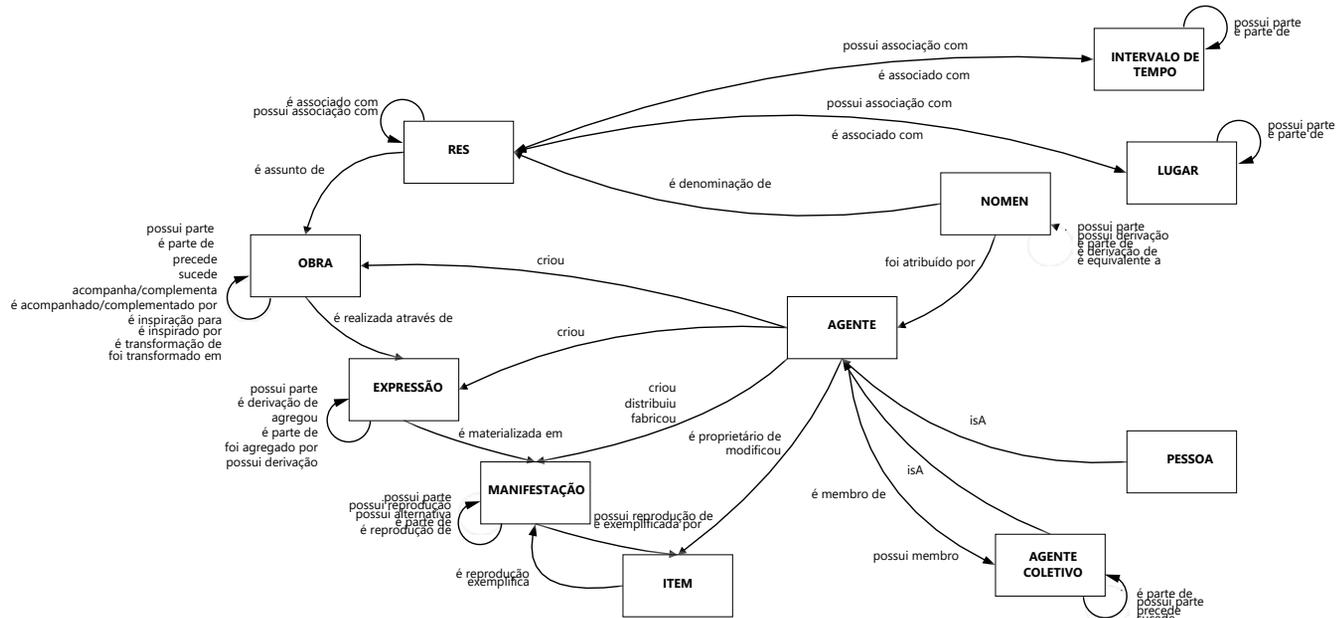
Quadro 7 – Relacionamentos declarados e relacionamentos de reciprocidade no IFLA LRM

ID	Relacionamento declarado	Relacionamento de reciprocidade
LRM-R1	Res possui associação com Res	Res é associado com Res
LRM-R2	Obra é realizada através de Expressão	Expressão realiza Obra
LRM-R3	Expressão é materializada em Manifestação	Manifestação materializa Expressão
LRM-R4	Manifestação é exemplificada por Item	Item exemplifica Manifestação
LRM-R5	Obra foi criada por Agente	Agente criou Obra
LRM-R6	Expressão foi criada por Agente	Agente criou Expressão
LRM-R7	Manifestação foi criada por Agente	Agente criou Manifestação
LRM-R8	Manifestação foi fabricada por Agente	Agente fabricou Manifestação
LRM-R9	Manifestação é distribuída por Agente	Agente distribuiu Manifestação
LRM-R10	Item é propriedade de Agente	Agente é proprietário de Item
LRM-R11	Item foi modificado por Agente	Agente modificou Item
LRM-R12	Obra possui como assunto Res	Res é assunto de Obra
LRM-R13	Res possui denominação Nomen	Nomen é denominação de Res
LRM-R14	Agente atribui Nomen	Nomen foi atribuído por Agente
LRM-R15	Nomen é equivalente a Nomen	Nomen é equivalente a Nomen
LRM-R16	Nomen possui parte Nomen	Nomen é parte de Nomen
LRM-R17	Nomen é derivação de Nomen	Nomen possui derivação Nomen
LRM-R18	Obra possui parte Obra	Obra é parte de Obra
LRM-R19	Obra precede Obra	Obra sucede Obra
LRM-R20	Obra acompanha / complementa Obra	Obra é acompanhado / complementado por Obra
LRM-R21	Obra é inspiração para Obra	Obra é inspirado por Obra
LRM-R22	Obra é transformação de Obra	Obra foi transformado em Obra
LRM-R23	Expressão possui parte Expressão	Expressão é parte de Expressão
LRM-R24	Expressão é derivação de Expressão	Expressão possui derivação Expressão
LRM-R25	Expressão foi agregado por Expressão	Expressão agregou Expressão
LRM-R26	Manifestação possui parte Manifestação	Manifestação é parte de Manifestação
LRM-R27	Manifestação possui reprodução Manifestação	Manifestação é reprodução de Manifestação
LRM-R28	Item é reprodução de Manifestação	Manifestação possui reprodução Item
LRM-R29	Manifestação possui alternativa Manifestação	Manifestação possui alternativa Manifestação
LRM-R30	Agente é membro de Agente coletivo	Agente coletivo possui membro Agente
LRM-R31	Agente coletivo possui parte Agente coletivo	Agente coletivo é parte de Agente coletivo
LRM-R32	Agente coletivo precede Agente coletivo	Agente coletivo sucede Agente coletivo
LRM-R33	Res possui associação com Lugar	Lugar é associado com Res
LRM-R34	Lugar possui parte Lugar	Lugar é parte de Lugar
LRM-R35	Res possui associação com Intervalo de tempo	Intervalo de tempo é associado com Res
LRM-R36	Intervalo de tempo possui parte Intervalo de tempo	Intervalo de tempo é parte de Intervalo de tempo

Fonte: Elaborado pelos autores.

## As relações previstas entre as entidades do IFLA LRM podem ser vistas no Esquema 10.

Esquema 10 – Panorama dos relacionamentos entre as entidades do IFLA LRM



Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 86, tradução nossa).

O Esquema 10 apresenta os relacionamentos e os nomes das relações entre as entidades do modelo IFLA LRM.

Começemos pela entidade *Agente*, que tanto a entidade *Pessoa* quanto a entidade *Agente Coletivo* podem ser assumidas como tal (por conta da relação "isA"). Vejamos os relacionamentos previstos para a entidade *Agente*: um *Agente* pode ser membro de um *Agente Coletivo*; pode criar um *Obra* e/ou criar um *Expressão*; também pode criar uma *Manifestação*, além de fabricá-la ou distribuí-la e, por fim, um *Agente* pode ser proprietário de um *Item*, e também pode modificá-lo. Um *Agente Coletivo* pode ser parte de outro *Agente Coletivo*, em como pode precedê-lo ou sucedê-lo.

Analisemos a entidade *Obra*. Além de ser criação de um *Agente*, como dito anteriormente, uma *Obra* pode ter várias relações com outras *Obras*. Assim, uma *Obra* pode ser parte de outra *Obra*, pode preceder ou suceder uma *Obra*, pode acompanhar uma *Obra*, pode servir de inspiração para outra *Obra*, e também pode ser a transformação de outra *Obra*. *Obra* também se relaciona com a entidade *Expressão*, visto que é através desta que aquela se realiza. A *Expressão*, por sua vez, pode ser agregada ou derivada de outra, bem como pode ter uma *Expressão* como parte. A relação da entidade *Expressão* com a entidade *Manifestação* se dá por conta de esta ser a sua materialização. Uma *Manifestação*, por sua vez, pode possuir *Manifestações* como parte, alternativa ou reprodução. Uma *Manifestação* também pode ser alternativa de outra *Manifestação*. Se tem conhecimento de uma *Manifestação* por meio conta de sua relação com *Item*, que a exemplifica; *Item* é um exemplar da *Manifestação* e, pode, inclusive, ser sua reprodução.

Quanto à entidade *Nomen*, podemos perceber que ela é atribuída por um *Agente* e que um *Nomen* também pode ser derivado de outro *Nomen*, bem como pode ter outro *Nomen* como parte ou, ainda, como equivalente. Um *Nomen* é a denominação de um *Res*.

Por fim, a entidade *Res*, deixada por último em nossa análise, pois todas as outras relações são dependentes dela, visto que ela é a

entidade de maior nível na hierarquia. Uma *Res* associa-se a outra *Res*, a *Intervalo de Tempo*, que tem uma relação de parte com *Intervalo de Tempo*, e a *Lugar*, que também tem uma relação de parte com *Lugar*. O ciclo explicativo se fecha pois *Res* é assunto de *Obra*.

Como dissemos no início deste capítulo, o IFLA LRM foi proposto por conta dos desdobramentos havidos com a publicação do RDA, em 2010. Ocorre que, se o RDA foi proposto com base no FRBR e no FRAD, e, tendo sido publicado o FRAD, e, os três modelos conceituais da família FR consolidados no IFLA LRM, o RDA deixou de ter sua base no modelo conceitual vigente.

A primeira versão do RDA foi lançada como uma ferramenta online, o *RDA Toolkit*, e teve atualizações anuais no período de 2012 a 2017. Foi ainda em 2016 que começou a ser discutida a necessidade de reestruturação do repositório de dados e do redesenho do RDA.

A *American Library Association* e o *RDA Steering Committee* (RSC) decidiram, então, que se iniciaria em abril de 2017, o *Project RDA 3R*, nomeado por conta da reestruturação e redesenho do RDA (os 3R), cujo término foi previsto para abril de 2018, com a implantação do site reformulado. Ocorre que, em agosto de 2017, o RSC Steering Committee fez um comunicado no qual indicava que não seria mais possível a conclusão do projeto na data prevista, e propôs a conclusão em junho de 2018, com lançamento entre agosto e setembro do mesmo ano.

Além das propostas do *Project RDA 3R* também estava prevista a sua adequação ao modelo conceitual IFLA LRM.

Foi previsto, no *Project RDA 3R*, a inserção de novos capítulos no RDA que evidenciassem as novas entidades originárias do IFLA LRM: *agente*, *agente coletivo*, *nomen*, *lugar* e *intervalo de tempo*.

Frederick (2017) indica que, com o congelamento proposto para as atualizações do RDA (o que configura o *Project RDA 3R*), seria possível, por conta do intervalo de tempo (abril de 2017 a abril de 2018), a reconstrução completa do serviço pelo editor do *Toolkit*, período em que o RSC poderia essencialmente reescrever o RDA. Ele ainda esperava que as bibliotecas aprendessem o IFLA LRM para que elas estivessem prontas para aprender o novo RDA, nele baseado.

De acordo com as informações do RDA *Toolkit* (2019), tendo sido lançado o site beta (abril e setembro de 2019), o texto do RDA foi estabilizado e o site atendeu às metas do projeto para acessibilidade e relatórios de revisão. Discussões entre o *RDA Board*, o RSC e os editores do *RDA Toolkit* levaram à redefinição do plano de conclusão do 3R, o que implica dizer que não seriam apresentadas novas propostas formais para melhora do RDA por um período<sup>29</sup>. Esse plano foi considerado exequível, apesar de não ter data definida, pois ele permitia a estabilidade das operações do padrão ao mesmo tempo que admitia que as instituições controlassem sua transição para o RDA baseado no IFLA LRM.

Quais as últimas notícias sobre o *Project RDA 3R*? Terminada essa fase, as versões do beta *RDA Toolkit* continuarão e cada lançamento incluirá *Release Notes*, visto que não são esperadas mudanças significativas antes da transição (agendada para ocorrer em 15 de dezembro de 2020). Traduções e declarações de políticas serão adicionadas assim que estiverem prontas para publicação.

Fato é que, com o novo modelo conceitual, mudou, também, a abordagem de como o RDA trata os dados do universo bibliográfico.

## 10 ISTO NÃO É UM DESFECHO

“Catalogar é uma arte.” (CUTTER, 1904).

Desde a publicação das 91 Regras de Panizzi, em 1841, considerado o marco inicial da catalogação moderna, o que se seguiu foi o desenvolvimento e o aprofundamento da prática e da teoria da catalogação regida por regras e de forma esquematizada de descrição. É quando se resgata o trabalho de Otlet e La Fontaine, em 1895, com a criação do *Institut International de Bibliographie*, momento em que se deu, de forma grandiosa, a ampliação da produção científica e, juntamente, a necessidade de organizar de maneira uniforme esse conjunto colossal de documentos que precisavam ser organizados para, posteriormente, serem recuperados e usados.

Ao longo deste livro visitamos as obras de Panizzi, Jewett, Cutter, Ranganathan e Lubetzky, e ficou evidente que a catalogação tem a finalidade suprema de proporcionar aos usuários das diversas unidades informacionais o acesso e o uso da informação. A catalogação, que nasceu no ambiente da biblioteconomia, confere a esta o seu papel humanístico, suas teorias e práticas.

Nesse percurso histórico, passamos pelo início da catalogação moderna, e o que se pode ver a partir de então é uma catalogação com característica descritiva e sistemática, caracterizada por regras. Foi nesse trajeto que conhecemos as contribuições de Ranganathan e de Lubetzky para a discussão que culminou nos Princípios Internacionais da Catalogação.

Trazer à luz os fundamentos e os princípios da catalogação em relação ao RDA, mostrou importantes caminhos a serem percorridos tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito profissional, no sentido de compreender conceitos que foram idealizados muito antes do estabelecimento do FRBR e do RDA. A catalogação de hoje, e seus instrumentos, foi, sem dúvida, construída sobre os ombros de gigantes!

O momento atual (e já nem muito atual assim, por conta do tempo decorrido entre o estudo para esta discussão, mais o intervalo de tempo entre a submissão, aprovação e revisão do original para que esse livro fosse publicado) da catalogação, com os modelos conceituais e com o RDA, chega como reflexo não apenas do contexto tecnológico que ocasionou os acontecimentos presentes, mas como um despertar de consciência de que esta é apenas umas das etapas que futuramente enriquecerá a história da catalogação.

Embora o objetivo maior deste livro não tenha sido o de observar se, de fato, o RDA cumpre o propósito a que se propôs, foi possível visualizar a intenção de vincular os dados que compõem os catálogos, o que torna a pesquisa em catálogos online mais dinâmica e célere. Um exemplo sobre isso pode ser observado no catálogo da Biblioteca Nacional da Espanha (disponível em <http://datos.bne.es>), que traz uma ideia de como deveria ser um catálogo que teve seus dados registrados conforme as orientações do RDA. Fica claro que as relações bibliográficas constituem uma das principais propostas advindas da computação, inserida no contexto catalográfico por meio do FRBR e que foram incorporadas ao RDA.

Certamente o RDA não é o desfecho para a história da catalogação, e, talvez, não seja o seu ápice, o momento mais glorioso da catalogação, mas, certamente, representa um marco importante.

Este livro é, portanto, definido pelos meios com que a catalogação tem lidado com suas práticas e teorias, ao buscar o melhoramento do resultado de suas atividades para alcançar um objetivo maior, o de tornar cada vez mais o catálogo em um instrumento de compartilhamento de dados e de um meio para o acesso e democratização da informação e do conhecimento.

Se este não é um desfecho, que seja, ao menos, uma semente para os estudos de catalogação.

## REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Carlo; GUERRINI, Mauro. RDA: a content standard to ensure the quality of data. **JLIS.it**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 83-99, 2016.

BLAKE, Virgil L. P. Forging the Anglo-American Cataloging Alliance: Descriptive Cataloging, 1830-1908. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 35, n. 1/2, p. 3-22, 2002.

BYRUM Jr., John D. El programa ISBD de IFLA: objetivo, proceso y perspectivas. *In: IFLA MEETING OF EXPERTS ON AN INTERNATIONAL CATALOGUING CODE*, 1., 2003, Frankfurt. [**Anais**]... La Haya: IFLA, 2004. p. 63-72.

CHANDEL, A. S.; PRASAD, Rai Vijay. Journey of catalogue from Panizzi's principles to Resource Description and Access. **DESIDOC Journal of Library and Information Technology**, [s. l.], v. 33, n. 4, p. 314-322, 2013.

CHAPLIN, A. H. A Universal Cataloging Code. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 337-347, out. 1956.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília, DF: UnB, 1999.

CHEN, P. **Modelagem de dados**: a abordagem entidade-relacionamento para projeto lógico. São Paulo: Makron, 1990.

CONNAWAY, Lynn Silipigni; FANIEL, Ixchel M. Reordering Ranganathan: shifting user behaviours, shifting priorities. *In: CONNAWAY, Lynn Silipigni (Comp.). The Library in the Life of the User*: engaging with people where they live and learn. Dublin, Ohio: OCLC Research, 2015.

COYLE, Karen. The evolving catalog. **American Libraries**, n. 47, v. 1/2, p. 48-53, jan./fev. 2016.

CONNERS, David. A Ghost in the Catalog: The Gradual Obsolescence of the Main Entry. **The Serials Librarian**, [s. l.], v. 55, n. 1/2, p. 58-97, out. 2008.

COYLE, Karen; HILLMANN, Diane. Resource Description and Access (RDA): Cataloging Rules for the 20th Century. **D-Lib Magazine**, [s. l.], v. 13, n. 1/2, jan./fev. 2007.

CUNHA, Maria Luisa Monteiro da. ISBD: origem, evolução, aceitação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 1/2, p. 7-14, jan./jun. 1979.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CUTTER, Charles A. **Rules for a dictionary catalog**. Washington: Government Printing Office, 1904.

DANSKIN, Alan. RDA and the "cascading vortex of horror": proposals for the simplification of RDA 2.7-2.10. **Catalogue & Index**, [s. l.], n. 177, p. 35-43, dez. 2014.

DELSEY, Tom. The making of RDA. **JLIS.it**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 25-47, maio 2016.

DENTON, William. FRBR and history of cataloging. In: TAYLOR, Arlene (Org.). **Understanding FRBR**: what is and how it will affect our retrieval tools. Westport, CT: Greenwood Publishing Group, 2007.

DUNSIRE, Gordon. RDA and library systems. **BiD: Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació**, [s. n.], n. 19, dez. 2007.

ESTEREOTIPIA. *In*: AULETE digital. [2019?]. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/estereotipia>. Acesso em: 1 mar. 2019.

ESTIVILL RIUS, Assumpció. Momentos estelares de la catalogación en El cincuentenario de los Principios de París. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, [s. n.], n. 28, jun. 2012.

FIUZA, Marysia Malheiros. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 16, p. 43-53, mar. 1987.

FOSTER, William E. Charles Ammi Cutter: a memorial sketch. **The Library Journal**, [s. l.], v. 28, p. 697-704, out. 1903.

FOUCAULT, Michael. **Isto não é um cachimbo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREDERICK, Donna Ellen. Disruption or revolution? The reinvention of cataloguing (Data Deluge Column). **Library Hi Tech News**, [s. n.], n. 17, p. 6-11, 2017.

FREEDMAN, Maurice J. Must we limit the catalog? **Library Journal**, [s. l.], n. 15, p. 322-324, 1984.

FUSCO, Elvis. **Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madri: Editorial Síntesis, 1999.

GLENNAN, Kathryn P. The development of *Resource Description & Access* and its impact on music materials. **Notes**, [s. n.], v. 68, n. 3, p. 526-534, mar. 2012.

GORMAN, Michael. **RDA: the coming cataloguing debacle**. [2007]. Disponível em: <http://www.slc.bc.ca/rda1007.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

GORMAN, Michael. Seymour Lubetzky, man of principles. In: CONNELL, Tschera Harkness; MAXWELL, Robert L. **The Future of Cataloging: insights from the Lubetzky Symposium**. Chicago: ALA, 2000. p. 12-21.

GORMAN, Michael; ODDY, Pat. The Anglo-American Cataloguing Rules Second Edition: their history and principles. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE PRINCIPLES AND FUTURE DEVELOPMENT OF AACR, Toronto, Canada, 1997. [**Anais**]... Ottawa: Canadian Library Association; London: Library Association Publishing; Chicago: American Library Association, 1997. Disponível em: [http://epe.lacbac.gc.ca/100/200/300/jsc\\_aacr/aacr\\_sec/r-aacr2e.pdf](http://epe.lacbac.gc.ca/100/200/300/jsc_aacr/aacr_sec/r-aacr2e.pdf). Acesso em: 27 fev. 2018.

HANSON, J. C. M. **A comparative study of cataloging rules based on the Anglo American code of 1908**, with comments on the rules and on the prospects for a further extension of international agreement and co-operation. Chicago: University of Chicago Press, 1939.

HITCHENS, Alison; SYMONS, Ellen. Preparing Catalogers for RDA Training. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 47, n. 8, p. 691-707, 2009.

HUFFORD, Jon R. The pragmatic basis of catalog codes: has the user been Ignored? **Cataloging & Classification Quarterly**, [v. n.], v. 14, n. 1, p. 27-38, 1991.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE PRINCIPLES AND FUTURE DEVELOPMENT OF AACR, Toronto, Canada, 1997. [**Anais**]... Ottawa: Canadian Library Association; London: Library Association Publishing; Chicago: American Library Association, 1997. Disponível em: <http://www.rda-jsc.org/archivedsite/intlconf1.html>. Acesso em: 27 fev. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Statement of Principles**: adopted by The International Conference on Cataloguing Principles Paris, October 1961. [S.I.]: IFLA, 1961. Disponível em: [https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/IMEICC/IMEICC1/statement\\_principles\\_paris\\_1961.pdf](https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/IMEICC/IMEICC1/statement_principles_paris_1961.pdf). Acesso em: 26 set. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. [S.I.]: IFLA, 2009a.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **International Standard Bibliographic Description**: consolidated edition. [S.I.]: IFLA, 2011.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional Requirements for Authority Data**: a conceptual model. [S.I.]: IFLA, 2009b. Com alterações e correções de julho de 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional Requirements for Bibliographic Records**: final report. La Haya: IFLA, 1998.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional Requirements for Subject Authority Data** (FRSAD): a conceptual model. [S.I.]: IFLA, 2010.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA Library Reference Model**: a conceitual model for bibliographic information. Netherlands: IFLA, 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Report of the International Meeting of Cataloguing Experts, Copenhagen, 1969. **Libri**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 105-132, 1970.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Statement of International Cataloguing Principles (ICP)**. Netherlands: IFLA, 2016.

JEWETT, Charles C. **Construction of catalogues of libraries, and of a general catalogue and their publication by means of separate, stereotyped titles**. Washington: Smithsonian Institution, 1852.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **RDA — Resource Description and Access**: Objectives and Principles. 2009. Disponível em: <http://www.rda-jsc.org/archivedsite/docs/5rda-objectivesrev3.pdf>. Acesso em 2 jan. 2018.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR THE REVISION OF AACR. **Strategic plan for AACR**. 2004. Disponível em: <http://www.rda-jsc.org/archivedsite/docs/chair79rev3.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2020.

JOUDREY, Daniel N.; TAYLOR, Arlene G.; MILLER, David P. **Introduction to Cataloging and Classification**. 11. ed. Santa Barbra, California: Libraries Unlimited, 2015. (Library and Information Science Text Series).

KINCY, Chamy Pompey; LAYNE, Sara Shatford. **Making the Move to RDA**: a self-study primer for catalogers. United Kingdom: Rowman & Littlefield, 2014.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. rev. e ampl. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LUBETZKY, Seymour. **Cataloging Rules and Principles**: critique of the A.L.A. Rules for entry and a proposed desing for their revision. Washington: Library of Congress, 1953.

LUBETZKY, Seymour; SVENONIUS, Elaine. The vicissitudes of ideology and technology in Anglo-American Cataloging since Panizzi and a prospectivereformation of the catalog for the next century. *In*: CONNELL, Tschera Harkness; MAXWELL, Robert L. **The Future of Cataloging**: insights from the Lubetzky Symposium. Chicago: ALA, 2000. p. 3-11.

MAXWELL, Robert L. **FRBR**: a guide for the perplexed. Chicago: American Library Association, 2008.

MORTIMER, Mary. **Learn descriptive cataloging**. 2. ed. North American. [S.I.]: TotalRecall Publications, 2007.

NEGRUCCI, Teresa. **Historiography of Antonio Panizzi**. 2001. Disponível em: <https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/maack/Documents/Panizzi.doc>. Acesso em: 15 jun. 2018.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

OTLET, P. Le code universel des règles catalographiques. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS OF ARCHIVISTS AND LIBRARIANS, Bruxelles, 1910. [**Anais**]... Bruxelle: Au Siège de la Commission, 1912. p. 375-377.

PETTEE, Julia. The development of authorship entry and the formulation of author-ship rules as found in the anglo-american code. **The Library Quarterly**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 270-290, jul. 1936.

PINTO MOLINA, María. **Análisis documental**: fundamentos y procedimientos. Madrid: EUDEMA, 1991.

POULTER, Alan. Filling in the blanks in RDA or remaining blank? The strange case of FRISAD. *In*: PARK, Jung-Ran; HOWARTH, Lynne C. (Ed.). **New directions in information organization**. [S. l.]: Emerald Group Publishing Limited, 2013. p.43-59.

RANGANATHAN, S. R. **Classified Catalogue Code**: with additional rules for Dictionary Catalogue Code. 5. ed. [Índia]: Asia Publishing House, 1964.

RANGANATHAN, S. R. International catalogue code. **Annals of Library and Information Studies**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 13-20, 1959.

RANGANATHAN, S. R. **Theory of library catalogue**. London: Edward Goldston, 1938.

RDA STEERING COMMITTEE. **About RDA**. 2018. Disponível em: <http://rda-rsc.org/content/about-rda>. Acesso em: 5 maio 2019.

RDA Toolkit. **Completion of 3R Project**. 15 out. 2019. Disponível em: <https://www.rdatoolkit.org/index.php/node/202>. Acesso em: 18 ago. 2020.

RIVA, Pat. **Building RDA using the FRBR Library Reference Model**. 2016. Disponível em: <http://library.ifla.org/1911/1/S17-2016-riva-en.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ROUT, Rosalien; PANIGRAHI, Pijushkanti. Revisiting Ranganathan's canons in online cataloguing environment. **Annals of Library and Information Studies (ALIS)**, [s. l.], v. 62, n. 4, p. 286-289, 2015.  
SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catálogo**: trajetória para um código internacional. Niterói, RJ: Intertexto, 2009.

SCHACHT, Sigrid. Antonio Panizzi's Librarianship and its Representation in the Pioneering Library Journals. **Libri**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 273-310, 1980.

SILVA, José Fernando Modesto da. **O AACR não dá, mas o RDA dará vitaminação ao catalogador**. 2008. Disponível em: [http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=334](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=334). Acesso em: 8 jan. 2018.

SMIRAGLIA, Richard P.; LEE, Hur-Li; OLSON, Hope A. Epistemic presumptions of authorship. *In*: iCONFERENCE, 11., Seattle, 2011. **Anais...** Seattle: ACM, 2011.

SOUZA, Denise Helena Farias de. **Códigos de catalogação**: uma abordagem histórica. Belém: UFPA, 1997. (Documentos didáticos. Nova série; 3).

SPAULDING, C. Sumner. ISBD: Its Origin, Rationale, and Implications. **Library Journal**, [s. l.], n. 15, p. 121-123, 1973.

STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **Historic documents**: outcomes of the Meeting of the Joint Steering Committee Held in Chicago, U.S.A, 24-28 April 2005. Disponível em: <http://www.rda-jsc.org/ARCHIVEDSITE/0504OUT.HTML>. Acesso em: 26 set. 2020.

STROUT, Ruth French. The development of the catalog and cataloging codes. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 254-275, 1956.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of information organization**. Massachusetts: Institute of Technology, 2000.

TILLET, Barbara B. Introduction. *In*: IFLA MEETING OF EXPERTS ON NA INTERNATIONAL CATALOGUING CODE, 1., Frankfurt, 2003. [Anais]... München: Saur, 2003.

TILLET, Barbara B. RDA and the Semantic Web, Linked Data Environment. **JLIS.it**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 139-145, jan. 2013.

TILLET, Barbara B. Report on the International Conference on the Principles and Future Development of AACR, Held October 23-25, 1997 in Toronto, Canada. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 31-55, 1998.

TOURINHO, E. Z. Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo. **Temas em psicologia**, Belém, n. 2, p. 41-56, 1996.

WEISS, Paul J.; LARKIN, Molly R. T. AACR3 Is Coming: What Is It? **The Serials Librarian**, [s. l.], v. 3/4, n. 50, p. 285-294, 2006.

YEE, Martha M. What Is a Work? Part 1: The User and the Objects of the Catalog. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 1, n. 19, p. 9-28, 1994.

ZAFALON, Zaira Regina. Recurso informacional e representação documental. *In*: ZAFALON, Z. R.; DAL'EVEDOVE, P. R. (Org.). **Perspectivas da representação documental**: discussão e experiências. São Carlos, SP: CPOI, 2017. p. 125-144.

ZAFALON, Zaira Regina. **Scan for MARC**: conversão de registros bibliográficos analógicos para o Formato MARC21 Bibliográfico. São Paulo: Ed. Unesp, 2014. Epub.

ZAFALON, Zaira Regina; MACHADO, Raildo de Sousa. Princípios e aspectos teóricos do RDA e as pesquisas brasileiras. *In*: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar; MARTINS, Gracy Kelli; MOTA, Denysson Axel Ribeiro. **Organização e representação da informação e do conhecimento**: intersecções teórico-sociais. João Pessoa: UFPB, 2019.

## NOTAS DE FIM

- 1** René Magritte foi um artista surrealista que distribuiu em suas pinturas o texto e a imagem. Sua obra “Ceci n’est pas une pipe” (Isto não é um cachimbo) foi amplamente discutida por Michel Foucault no livro homônimo (FOUCAULT, 2008).
- 2** Neste livro adotamos esta expressão para identificar as comunidades que assumem caráter biblioteconômico, arquivístico e museológico e que lidam com o patrimônio ou artefato cultural.
- 3** Em textos do *Joint Steering Committee for Development of RDA* (2009), que propôs o RDA, encontramos a palavra *standard* que, no Brasil, tanto pode ser traduzida como padrão ou norma. Entretanto, adotaremos padrão para referir-se ao RDA pois este apresenta diretrizes para a catalogação de recursos, e não regras.
- 4** Segundo o *Joint Steering Committee for Development of RDA* (2009), o RDA foi desenhado como um padrão para descrição do recurso e seu acesso.
- 5** Dentre todas as edições da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação a única que teve tradução para o português (BR) foi a de 2009.
- 6** Destacamos que a busca nos catálogos físicos, com registros bibliográficos em fichas, era feita por índices de autor, título e assunto e que, somente com o advento das aplicações computacionais, os catálogos eletrônicos e os softwares de busca e recuperação da informação passaram a oferecer a opção de busca também por meio de palavras, o que favoreceu a descoberta de documentos por todos os elementos do registro bibliográfico (e não somente pelos pontos de acesso previamente definidos).
- 7** Estereotipia, no contexto das artes gráficas, consiste na “[...] técnica e processo de reprodução de uma composição tipográfica em uma

chapa a partir da moldagem de uma matriz sólida (de gesso, cartão etc.)." (ESTEREOTIPIA, [2019?]).

**8** Cutter adota a palavra Objeto para referir-se ao que chamamos de objetivos (cf. CUTTER, 1904, p. 12).

**9** Os Princípios de Paris e outros princípios de catalogação serão tratados no próximo capítulo.

**10** Este Cânone aparece apenas em *Theory of Library Catalogue* (RANGANATHAN, 1938).

**11** A adoção dos vocábulos *cabeçalhos* e *entradas*, adotadas por Ranganathan, tiveram sua nomenclatura atualizada para pontos de acesso.

**12** A discussão sobre o FRBR e os outros modelos conceituais da família FR será feita no capítulo 5.

**13** Ocorrido em Frankfurt, 2003; em Buenos Aires, 2004; em Cairo, 2005; em Seoul, 2006; em Pretória, 2006.

**14** Quanto à importância do papel do usuário/leitor recorremos a Chartier (1999) que afirma que, no contexto de avanços tecnológicos, o leitor passa de agente passivo a agente ativo da informação: o leitor passa a "[...] submeter os textos a múltiplas operações (ele pode indexá-lo, anotá-lo, copiá-lo, desmembrá-lo, recompô-lo, deslocá-lo, etc.), mais do que isso, ele pode se tornar seu co-autor."

**15** Descrição bibliográfica refere-se à Catalogação Descritiva. Compreendemos, por sua vez, que Catalogação é a "[...] elaboração de metadados de recursos informacionais, pelo tratamento descritivo e temático, e da definição de dados para sua localização tendo em vista a garantia de acesso a tais recursos, quer seja por ações de busca e recuperação dos itens documentais pelo público humano ou pela interpretação dos metadados por agentes computacionais." (ZAFALON; MACHADO, 2019, p. 95).

**16** A participante brasileira na reunião foi Maria Luíza Monteiro da Cunha, que foi Presidente da Comissão Brasileira de Processos Técnicos, Coordenadora do Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação em Processos Técnicos (CUNHA, 1979).

**17** Nos documentos dos modelos conceituais da família FR produzidos pela *International Federation of Library Associations and Institutions* esta entidade está identificada como *corporate body*, que pode se referir, em português (BR), tanto a entidade coletiva quanto a instituição. Pelo fato de a palavra entidade também ser usada na descrição dos modelos conceituais optamos por adotar a palavra instituição para referir-se à entidade coletiva com o intuito de dirimir qualquer confusão semântica.

**18** Também identificado na literatura como *acontecimento*.

**19** Quanto a esta citação cabe, porém, comentar que o Código Internacional de Catalogação como indicado, não foi proposto. A proposição acabou acontecendo com o RDA.

**20** Com o fim deste Programa, a responsabilidade do FRANAR *Working Group* foi assumida pela *British Library* e pela *IFLA-CDNL Alliance for Bibliographic Standards (ICABS)* [IFLA-CDNL: aliança da IFLA e da *Conference of Directors of National Libraries*] (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009b). O FRANAR teve suas atividades encerradas em 2009.

**21** Esse conceito foi atualizado conforme modificação presente na versão de 2009 dos Princípios Internacionais de Catalogação.

**22** No relatório do FRSAD é deixado claro que em sua proposta não é assumida uma posição filosófica sobre a natureza da questão, visto que analisa o problema do ponto de vista do usuário.

**23** A regra de três refere-se ao fato de que, no AACR2r, nos casos de até três autores, a descrição da indicação de responsabilidade deve ser feita com a nomeação dos três autores. Porém, em casos de mais de

três autores, somente o primeiro deverá ser descrito, indicando-se a omissão de outros nomes com reticências e o acréscimo da expressão latina 'et al'. Por exemplo: "Raildo de Sousa Machado, Zaira Regina Zafalon e Vivian Rosa Storti", para o primeiro caso; e, caso os nomes dos autores sejam Raildo de Sousa Machado, Zaira Regina Zafalon, Vivian Rosa Storti e Raquel dos Santos Maciel, a descrição deverá ser: "Raildo de Sousa Machado ... [et al.]".

**24** Os detalhes sobre a proposta de Tobolka podem ser conhecidos em: Tobolka, Z. *Projet d'un Code International de Règles Catalographiques*. In: CONGRESSO MONDIALE DELLE BIBLIOTECHE E DI BIBLIOGRAFIA, 1., 1929, Roma). Atti. [s. l.: s. n., 1929]. p. 121-152.

**25** Os princípios representação, precisão, uso comum e suficiência remetem à versão atualizada da *Statement of International Cataloguing Principles*, publicada em 2016.

**26** Note que o relatório dos FRSAD não é mencionado. Isso porque o modelo para dados de autoridade de assunto esteve em estudo e desenvolvimento concomitantemente com a construção do RDA; ambos foram publicados em 2010.

**27** Quem é Michael Gorman? Foi ele quem fez um estudo comparativo das práticas de catalogação e bibliografia, texto-base da ISBD; foi o primeiro editor do AACR2 (nas edições de 1978 e de 1988); e, junto, com J. McRee Elrod, preparou interpretações de regras AACR2, que permitem o seu uso para preparar registros compatíveis com o RDA, com algumas cláusulas AACR2 mantidas.

**28** Os atributos de nível inferior foram destacados com sublinhado.

**29** A data para início da contagem deste tempo não foi definida e será determinada em comum acordo entre RDA *Board*, o RSC Steering Committee e os editores do RDA *Toolkit*. Será considerado o tempo necessário para transição, estabilização e tradução do RDA.

## **SOBRE OS AUTORES**

**Raildo de Sousa Machado** é bacharel em Biblioteconomia, especialista em Docência no Ensino Superior e mestre em Ciência da Informação. Atua como bibliotecário-documentalista na Universidade Federal do Amapá há sete anos. É membro do Grupo de Trabalho em Catalogação da FEBAB. É pesquisador no Grupo de Pesquisa Tecnologias em Ambientes Informacionais e Inovação da Universidade Federal de São Carlos (GPTAI/UFSCar), onde desenvolve pesquisas em Organização e Representação da Informação, com ênfase em catalogação descritiva, revisão sistemática de literatura e normativas para a formalização da comunicação científica.

**Zaira Regina Zafalon** é bacharel em Biblioteconomia e Documentação, mestre em Comunicação e Semiótica e doutora em Ciência da Informação. Foi premiada pela Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e pelo Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª Região e homenageada pela Câmara Municipal de São Carlos (SP). Tem vivência de 10 anos como bibliotecária e 18 como docente no ensino superior. Ministra aulas em cursos de Biblioteconomia há 14 anos, dos quais 12 na Universidade Federal de São Carlos. Lidera o Grupo de Pesquisa Tecnologias em Ambientes Informacionais e Inovação (GPTAI), onde desenvolve e orienta pesquisas sobre Organização e Representação da Informação. Atua como Vice-Presidente na Gestão 2019-2022 da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação, onde também é Editora-Chefe da Abecin Editora.



Este livro foi diagramado pela  
Editora da UFPB em 2020,  
utilizando a fonte Myriad Pro.

Apresenta conceitos da catalogação e a contribuição de teóricos para a sua consolidação: Panizzi, Jewett, Cutter, Ranganathan e Lubetzky.

Expõe os princípios que alicerçam a catalogação e explica os modelos conceituais do universo bibliográfico.

Permite conhecer a proposta e a concepção do Resource, Description and Access (RDA), do IFLA Library Reference Model (IFLA LRM) e do Project RDA 3R.

